

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ALYSSON DE MELO ARAÚJO

**ANÁLISE DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS ORIUNDOS DA PRÁTICA DO
TURISMO E RECREAÇÃO NO ENTORNO DA ORLA FLUVIAL DE PIRANHAS –
AL**

Delmiro Gouveia – AL
2019

ALYSSON DE MELO ARAÚJO

**ANÁLISE DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS ORIUNDOS DA PRÁTICA DO
TURISMO E RECREAÇÃO NO ENTORNO DA ORLA FLUVIAL DE PIRANHAS –
AL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador (a): Profa. Dr.^a Flávia Jorge de Lima

**Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

A663a Araújo, Alysson de Melo
Análise dos problemas ambientais oriundos da prática do
turismo e recreação no entorno da orla fluvial de Piranhas – Al /
Alysson de Melo Araújo. – 2019.
62 f. : il.

Orientação: Profa. Dra. Flávia Jorge de Lima.
Monografia (Licenciatura em Geografia) –
Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia.
Delmiro Gouveia, 2019.

1. Geografia. 2. Turismo. 3. Sustentabilidade. 4. Piranhas – Al.
I. Título.

CDU: 911



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO: GEOGRAFIA - LICENCIATURA

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR: ALYSSON DE MELO ARAÚJO

**ANÁLISE DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS ORIUNDOS DA PRÁTICA DO
TURISMO E RECREAÇÃO NO ENTORNO DA ORLA FLUVIAL DE PIRANIAS –
AL.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
corpo docente do Curso de Geografia -
Licenciatura da Universidade Federal de
Alagoas e aprovado em 12 de fevereiro de 2019

Banca Examinadora:

Flávia Jorge de Lima

(Prof.ª Dra. Flávia Jorge de Lima - UFAL/Campus do Sertão)
(Orientadora)

Luiz Karll de Oliveira

(Prof. Me. Luiz Karll de Oliveira - UFAL/Campus do Sertão)
(1º Examinador)

Tairan Barbosa de Oliveira

(Prof. Me. Tairan Barbosa de Oliveira - UFAL/Campus do Sertão)
(2º Examinador)

A meus pais, Martinho de Araújo e Ana Aparecida.

Meus irmãos, Martinho Júnior e Anielly de Melo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido forças e sabedoria para desenvolver esse trabalho, que mesmo diante de todas as dificuldades não me deixou desistir da trajetória acadêmica.

Em especial a meus pais, Martinho de Araújo e Ana Aparecida, por sempre me apoiar, acreditar em meu sucesso, aconselhar e orientar nas decisões a serem tomadas. A meus irmãos, Martinho Júnior e Anielly de Melo, sendo todos esses o meu amor maior, que constituem a base da minha família. Independente das circunstâncias que os caminhos da vida nos leva, estamos em conjunto para passar e vencer as batalhas diárias.

A minha cunhada mestranda em educação Joana Marina, que sempre disponibilizou um pouco do seu tempo para me ajudar nos momentos em que tive dúvidas e dificuldades nas atividades acadêmicas.

A família de Solange Oliveira, onde considero a mesma minha segunda mãe, que desde pequeno me acompanhou e com sua paciência sempre me escutou e acreditou em minhas conquistas.

Agradeço a minha vó Eluza de Melo, pois com sua humildade e garra sempre apoiou de diversas maneiras a família, acreditando no sucesso de todos os seus netos.

A toda a família, tios, primos, sobrinha, avós, que mesmo distantes apoiaram direta e indiretamente a minha jornada.

Aos meus colegas da universidade e de turma, que tive a oportunidade de conhecê-los, onde foi possível ajudar uns aos outros nos momentos das atividades.

Aos meus professores, que em algum momento no decorrer no curso puderam me proporcionar uma gama de conhecimentos, permitindo dessa forma para a minha construção intelectual e profissional.

Agradeço aos funcionários da Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Cultura e Turismo do município de Piranhas-AL, pelas informações prestadas.

A minha orientadora, Profa. Dr.^a Flávia Jorge, que com toda a sua paciência dedicou-se na minha orientação, permitindo a construção desse trabalho, a mesma incentivou-me a tentar seleção para o mestrado, e graças ao senhor Jesus consegui aprovação e classificação.

Aos membros da banca examinadora, Professor Me. Luã Karll de Oliveira e ao Professor Me. Tairan Barbosa de Oliveira, pela disponibilidade de avaliar o meu trabalho e em contribuir com a conclusão do mesmo.

“Quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender.”

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os problemas ambientais oriundos da prática do turismo e recreação no entorno da orla fluvial de Piranhas – AL. Para isto, foi utilizado na pesquisa a análise documental, bibliográfica e exploratória, entrevistas semiestruturadas, registro fotográfico, método *check-list* para identificar os problemas ambientais, analisando os indicadores de impactos como: lixo, saneamento, erosão e danos à vegetação, além de fontes secundárias como a (secretaria de infraestrutura e secretaria de cultura e turismo). A orla fluvial de Piranhas-AL concentra bares e restaurantes para atender os turistas que visitam a cidade durante o ano, com isso, ocorrem transformações na área decorrentes do desenvolvimento do turismo. A orla foi escolhida por apresentar indicadores relacionados à pesquisa e que estão ligados com a prática do turismo. Com os resultados, foram constatados em campo a presença forte de indicadores nos danos a vegetação e erosão, pois a área apresentou ausência de vegetação, com sulcos que ocasionam o escoamento de sedimentos para o rio.

Palavras-chave: Geografia. Turismo. Sustentabilidade. Piranhas-AL.

ABSTRACT

The present work has the objective of analyzing the environmental problems resulting from the practice of tourism and recreation in the surroundings of the Piranhas - AL riverbank. In order to do this, we used documentary, bibliographic and exploratory analysis, semi-structured interviews, photographic records, a check-list method to identify environmental problems, analyzing impact indicators such as: garbage, sanitation, erosion and damage to vegetation. secondary sources such as the (infrastructure secretariat and secretariat of culture and tourism). The riverside of Piranhas-AL concentrates bars and restaurants to attend the tourists that visit the city during the year, with that, transformations occur in the area due to the development of tourism. The border was chosen for presenting indicators related to the research and that are linked with the practice of tourism. With the results, the strong presence of indicators in the damages to vegetation and erosion was verified in the field, since the area showed absence of vegetation, with furrows that cause the sediments to flow to the river.

Key-Words: Geography. Tourism. Sustainability. Piranhas-Al.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Mapa de localização do município de Piranhas-AL	16
Figura 02. Localização da orla fluvial de Piranhas – AL	19
Figura 03. Lixeiras em uso e danificada	44
Figura 04. Coleta de lixo	44
Figura 05. Frente da Ascarpi	45
Figura 06. Reservatório de esgoto	46
Figura 07. Área sem cobertura vegetal	48
Figura 08. Erosão do solo.....	49
Figura 09. Faixa de areia a margem do rio.....	49
Figura 10. Erosão do solo.....	49
Figura 11. Erosão do solo.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Tipos de Impactos Ambientais	31
Quadro 02. Indicadores de qualidade ambiental	38
Quadro 03. Resultado do check-list utilizado em campo	40

LISTA DE SIGLAS

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental

APA – Área de Proteção Ambiental

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OMT – Organização Mundial do Turismo

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

RIMA – Relatório de Impacto do Meio Ambiente

SECULT – Secretaria de Cultura e Turismo

UHE – Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 01. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	16
1.1. FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS - AL.....	16
1.2. ATIVIDADE DO TURISMO EM PIRANHAS: BREVE APRESENTAÇÃO	18
CAPÍTULO 02. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	21
2.1. MEIO AMBIENTE E TURISMO: CONCEITO E ANÁLISE.....	21
2.2. TURISMO E IMPACTOS AMBIENTAIS	25
2.3. TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	31
2.4. METODOLOGIA.....	35
2.5. FORMULÁRIO BASEADO EM CHECK-LIST	37
CAPÍTULO 03. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	38
3.1 PRINCIPAIS PROBLEMAS ORIUNDOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA E RECREAÇÃO	41
3.1.1 A Geração de Lixo e Saneamento Básico	41
3.1.2 Erosão e Degradação da Cobertura Vegetal	47
3.2. GESTÃO MUNICIPAL E A ATIVIDADE TURÍSTICA SOBRE O MEIO	49
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICE.....	60
ANEXOS	61

INTRODUÇÃO

A orla fluvial de Piranhas, objeto de estudo dessa pesquisa, pauta-se na observação dos possíveis problemas ambientais ocasionados pela prática do turismo e da população local que busca a recreação, pois o uso desordenado da área pode acarretar em danos negativos ao meio ambiente. No entanto, com a intensificação do turismo, muitas das vezes os olhares da população local não se voltam para os possíveis danos que podem ocasionar no meio. Dessa forma, a área fica vulnerável, e em Piranhas, cidade que recebe turistas durante todo ano, problemas tanto ambiental, econômico e social podem advir.

A prática da atividade turística vem crescendo desde o século passado, com isso o turismo tem usado e modificado a paisagem tornando-o como um produto de consumo do lugar. Dessa forma, o turismo age influenciando os meios sociais, econômicos e ambientais. Sendo assim, o turismo compõe um importante papel para o desenvolvimento das regiões, visto que,

[...] o turismo, graças à sua importância econômica e sociocultural, é um importante pilar para a economia e desenvolvimento de muitas regiões, dado que arrasta consigo um conjunto de atividades bastante relevantes e, por isso, os governos regionais e locais interessados em promover o desenvolvimento local e regional vêm no turismo um forte aliado na procura desse desenvolvimento. (MARUJO; CARVALHO, 2010, p. 148)

Nessa perspectiva, o que se observa na orla fluvial refere-se ao turismo que beneficia o município e a população local, porém os envolvidos com a prática do turismo tende em determinados momentos a não se sensibilizar com os efeitos negativos que podem ocorrer.

Piranhas é uma cidade histórica localizada às margens do rio São Francisco, hoje considerada como umas das cidades mais visitadas do estado de Alagoas. Entre os seus atrativos tem as paisagens naturais, o embarque para os cânions no rio São Francisco, a rota do cangaço, a Usina Hidrelétrica de Xingó (UHE), o povoado Entremontes (detentor dos bordados), o museu do sertão de Piranhas, onde é possível observar a história do cangaço, dentre outros encantos que a cidade de Piranhas abriga ao seu entorno.

A cidade de Piranhas recebe durante o ano uma grande quantidade de turistas, a orla fluvial é um dos locais do município em que estes turistas mais transitam, seja para o embarque em lanchas, banho no rio ou para frequentarem os bares e restaurantes presentes neste ambiente. Devido a essa movimentação é possível encontrar alguns problemas que ocasionam impactos ambientais negativos, como a erosão devido à falta da cobertura vegetal.

A escolha do objeto de estudo, justifica-se pela importância do turismo na cidade de Piranhas-AL. Tendo em vista que a orla é um dos principais destinos frequentados pelo turista, e que esse fluxo pode gerar alguns problemas ao meio ambiente. Consequentemente, são identificadas algumas degradações como erosão e perda da vegetação, lixo e saneamento básico.

A presente proposta de pesquisa tem como objetivo geral: Analisar os problemas ambientais oriundos da prática do turismo e recreação no entorno da orla fluvial de Piranhas – AL. Conforme o objetivo condutor da pesquisa, alguns objetivos específicos foram definidos a saber: Identificar os problemas ambientais da cidade de Piranhas; Analisar os impactos ambientais negativos, fruto da ascensão e consolidação do turismo em Piranhas-AL.

Nesse ponto de vista, o estudo busca uma discussão a respeito dos problemas ambientais contidos na orla pelo turismo na cidade de Piranhas-AL, indagando: quais problemas ambientais provocados pela prática do turismo e recreação estão contidos na orla fluvial? E quais medidas a gestão do município vêm tomando para minimizar essas questões?

Contudo, espera-se que esta pesquisa possa servir de base para futuras investigações acerca do avanço da prática do turismo no entorno da região de Piranhas, levando em consideração a contribuição para os futuros planejamentos a fim de desenvolver um turismo sustentável sem prejudicar o ambiente e as futuras gerações.

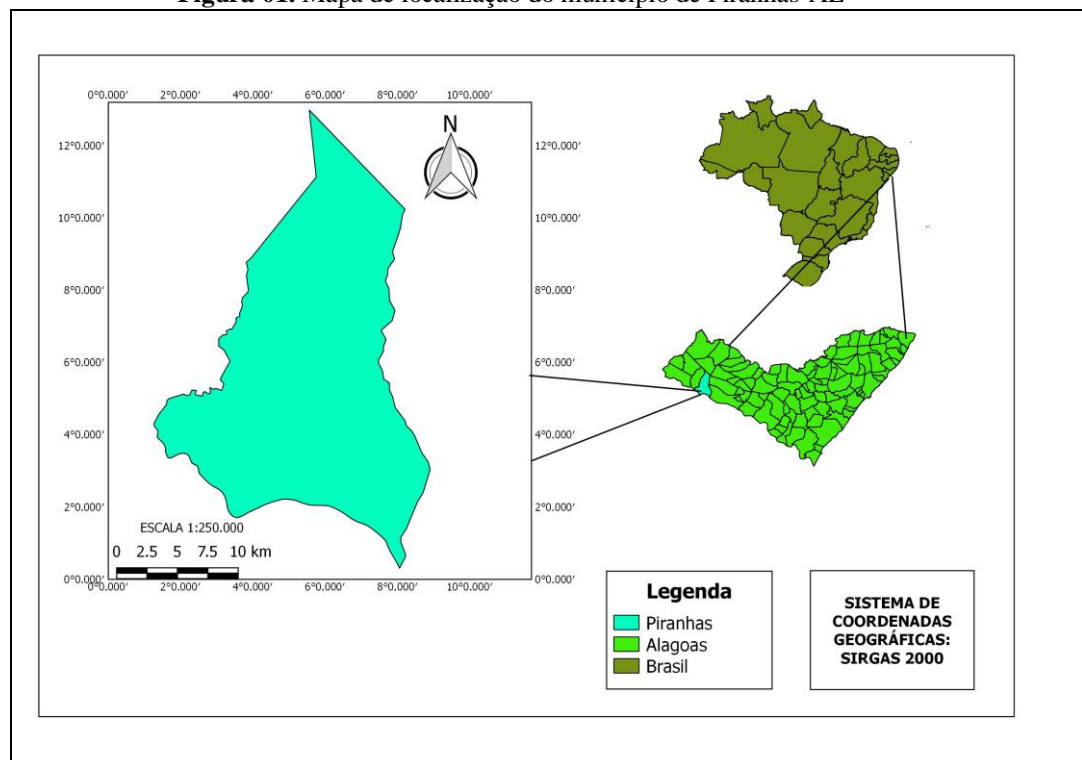
CAPÍTULO 01. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

1.1. FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS - AL

A cidade de Piranhas é reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), está localizada as margens do Rio São Francisco ao noroeste do estado de Alagoas (figura 01). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), possui uma população de aproximadamente 24 mil habitantes distribuídas em uma área territorial 408,107 km², ou seja, uma densidade demográfica de 56,47 hab./km². Possui limite ao norte com o município de Inhapi, ao sul com o rio São Francisco, a leste com os municípios de Pão de Açúcar e São José da Tapera e oeste com o município de Olho d'Água do Casado. Piranhas também é conhecida nacionalmente por sua história do cangaço.

A economia do município é voltada tanto para o turismo, como também para outras rendas, sendo a pesca, artesanato, lojas e agricultura, programas de assistência social, além do recebimento de *royalties* da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF).

Figura 01. Mapa de localização do município de Piranhas-AL



Fonte: IBGE 2010; ZAAL 2013; Adaptado por Silva (2018).

Para chegar a esse atual cenário citado anteriormente, é necessário compreender a história que se perpassou ao longo dos séculos. Desde os primórdios, perpassando pelas batalhas de famílias e as brigas dos cangaceiros,

Os primeiros homens que chegaram ao Nordeste brasileiro eram, pelos dados até agora que possuímos, como os índios atuais. Racialmente pertenciam a grupos mongoloides como, aliás, todos os habitantes das Américas anteriores à colonização europeia. Dentro das naturais variedades, existe, portanto, uma homogeneidade indiscutível nos diferentes grupos humanos brasileiros, o que identifica todos os índios sul-americanos como oriundos de uma mesma origem (MARTIN, 2008, p. 66).

Através do projeto arqueológico de Xingó e a pré-história do baixo São Francisco que tem seus estudos voltados para essa área, relatam que os primeiros povos a chegarem à região datam por volta do oitavo milênio B.P¹, que devido a grande abundância de água, os caçadores-coletores fixaram na região e começaram a produzir seu alimento para o ano todo através da caça e pesca. “De modo geral, os homens que habitaram o vale médio do São Francisco na pré-história, ocupavam os abrigos e terraços próximos ao rio sem se afastar muito dele, pois ali era onde encontravam seu alimento.” (MARTIN, 2008, p. 127-128).

Os sítios arqueológicos presentes na região ao entorno da bacia do São Francisco, possibilitou estudos para identificar os primeiros povos pré-históricos a habitarem a região nordestina. Dentre eles, destacam-se o sítio São José e Justino, sendo esses os mais importantes. Dessa forma, o rio São Francisco foi importante para o homem que habitou a região de Xingó, pois serviu como base para extrair seu alimento, como por exemplo, a caça e pesca de mariscos e peixes. Esses sítios arqueológicos possuem um rico acervo que serve para contar e preservar a história de Piranhas (CARVALHO; VERGNE, 2001).

O rio São Francisco possibilitou a ocupação do território alagoano, como também os rios intermitentes que desaguam no São Francisco. Pois, através de suas águas estabeleceu uma relação entre o sertão e o litoral. De acordo com Carvalho (2016, p. 26-27) “A ocupação do território foi facilitada pelos rios alagoanos, agrupados em duas grandes vertentes: a dos rios que deságuam no São Francisco, intermitentes na sua maioria, mas viabilizando a expansão da pecuária no agreste e sertão; [...]”. Tal expansão da criação bovina foi suficiente para estabelecer o início de um longo processo de exploração da vegetação da Caatinga.

Com isso, por volta do século XVI e início do século XVII, a pecuária ganha força no interior, juntamente com as águas do rio São Francisco, além disso, a navegação a vapor iniciou-se em 1867 passando também por Piranhas, onde permitiu uma relação entre Piranhas e Penedo. Porém, em 1867 foi assinado um documento entre o governo da província das Alagoas e a Companhia Costeira Baiana, tal documento permitiu que fosse realizado o percurso entre o município de Piranhas e Penedo.

¹ B.P refere-se ao termo before present em inglês no texto Pré-história do nordeste do Brasil de Martin, G.

Na segunda metade do século XVIII começaram os primeiros povoadamentos da região de Piranhas. Em seu livro, Rodrigues (1999) destaca que as primeiras famílias a povoarem foram os Feitosa e Alves, tendo assim o processo de desenvolvimento da cidade com a ajuda de dois proprietários da fazenda Caiçara, o Sr. Antônio Ferreira e Sr. Manoel Ferreira. Essas terras ficavam situadas onde é conhecida hoje como Piranhas de Baixo ou centro histórico. Piranhas tem seu atual nome segundo a história que é passada de geração em geração,

Diz a lenda que num riacho, hoje chamado de Piranhas, um caboclo pescou uma grande piranha. Eviscerou e salgou o peixe, levando-o para sua residência. Lá chegando, verificou que esqueceram o cutelo. E voltou-se para o filho, dizendo com ênfase: “Vá ao porto da piranha e traga o meu cutelo”. Essa versão foi passada de geração para geração e, segundo parece, ficou o lugar denominado de Piranhas (RODRIGUES, 1999, p. 7).

Após a passagem do nome Piranhas, que anteriormente era conhecido como Tapera, os Sr. Coronel Luiz Dantas Casado de Melo chefe de outra família e que também deu nome à cidade de Olho d'Água do Casado, teve domínio sobre a região e manteve laços de desenvolvimento de Piranhas, tendo assim grande importância no domínio da região.

Como dito anteriormente, o gado impulsionou o desenvolvimento da região, e Entremontes que se encontra as margens do rio São Francisco, abrigava os gados em suas fazendas. Tapera, nome como era conhecido, hoje atual Piranhas de Baixo ou centro histórico, tinha fácil acesso ao último trecho navegável, pois o porto a tornava um importante entreposto comercial.

Com a visita do então Imperador Dom Pedro II em 1859, foi determinado a construção da estrada de ferro, que ligava Paulo Afonso-BA e Piranhas-AL. Em 1867 cria-se então a navegação a vapor permitindo através de embarcações como canoas de Tolda o desenvolvimento da região e conseqüentemente o seu povoamento. Porém com a desativação da estrada de ferro em 1964 ocorre um decréscimo em Piranhas e somente com a construção da (UHE) Usina Hidrelétrica na década de 80, ganha novo impulso econômico.

1.2. ATIVIDADE DO TURISMO EM PIRANHAS: BREVE APRESENTAÇÃO

A orla fluvial de Piranhas - AL (figura 02) está localizado as margens do Rio São Francisco, no bairro centro histórico. O local abriga bares e restaurantes que atende a demanda dos turistas e população local. Nos fins de semana a demanda aumenta, tornando o lugar atrativo para o banho, além de ser o ponto principal de embarque para um dos principais

atrativos turísticos, a exemplo da rota do cangaço e povoado Entremontes, onde o turista embarca em lanchas ou nos catamarãs, percorrendo uma pequena parte do rio São Francisco até chegar ao destino.

Figura 02. Localização da orla fluvial de Piranhas – AL



Fonte: Google Earth, adaptado por Araújo (2018).

O crescente número de turistas que visita a região de Piranhas devido ao seu potencial paisagístico em termos de rio, como também ao aspecto da cidade histórica reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (IPHAN), têm ocasionado efeitos negativos e positivos frente à face ambiental, social e cultural. Pelo aspecto negativo destaca-se a presença de lixo e erosão, que são efeitos que a população local tem que lidar diariamente. Quanto aos impactos positivos, o turismo gera renda e trabalho para o desenvolvimento econômico. Assim,

Os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém, os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural (RUSCHMANN, 2008, p. 34).

O estudo para caracterizar os problemas ambientais ocasionados pela prática do turismo pode ajudar nos planejamentos da gestão no intuito de melhorar as inter-relações entre o homem e meio ambiente, para que dessa forma possa então minimizar os efeitos na biota local como também no convívio social, tendo em vista que a população local está intrinsecamente ligada direta e indiretamente no desenvolvimento turístico da região.

Com o crescimento do turismo em massa, as atividades turísticas tornaram-se um dos fatores mais importantes da economia global, pois se transformou em um forte aliado no desenvolvimento econômico de muitas regiões. Ainda assim, cabe destacar que o planejamento para o desenvolvimento sustentável do turismo é um ponto relevante, visto que a ausência de sua prática pode ocasionar efeitos negativos no ambiente e na sociedade (MARUJO; CARVALHO, 2010).

O turismo é visto como direcionamento para a perpetuação e crescimento de ações que fortaleçam o mercado, isso se dá através de políticas públicas, nas quais o estado se utiliza do turismo, tendo em vista que o mesmo em sua essência são práticas sociais para induzir o aumento no fluxo de pessoas em determinadas regiões ou não. O Estado cria suas obras e ações com a finalidade de melhorias nessa região para que assim esse espaço torne-se interessante para o capital privado (CRUZ, 2006).

No nordeste brasileiro, em áreas ao entorno da bacia do rio São Francisco, o turismo é um dos agentes transformadores da paisagem, pois o mesmo se apropria e utiliza do lugar. Segundo Cruz (2006), o turismo possui duas características fundamentais que o diferencia de outras atividades econômicas, são o fato de o mesmo ser uma prática social e o fato de ser o espaço o seu principal objeto de consumo.

O turismo é uma construção cultural pelos atrativos que se deseja conhecer, o gera muita riqueza, porém não necessariamente a população dessas localidades é beneficiada com esse capital, ou seja, desenvolvimento econômico não é o mesmo que desenvolvimento social.

Segundo o Ministério do Turismo (Mtur), a cidade de Piranhas subiu de categoria em relação ao desenvolvimento turístico, pois verificou-se o crescimento econômico voltado para a geração de empregos, como também na expansão da rede hoteleira recebendo turistas nacionais e internacionais. Desse modo,

No decorrer das últimas duas décadas, muitas cidades brasileiras apresentaram um significativo crescimento turístico, de forma que esta atividade foi incorporada às atenções dos gestores públicos, que passaram a destinar recursos para ações de planejamento e investimentos em infraestruturas. Esse crescimento tem inspirado reflexões sobre os possíveis impactos e benfeitorias que vêm ocorrendo nos destinos receptivos, de forma que muitos estudos têm sido realizados neste sentido (MAIA; FREITAS, 2012, p. 298).

Piranhas abriga ao seu entorno os cânions do rio São Francisco, atrativo mais procurado pelos turistas. Porém, é fundamental que existam políticas públicas que visem o desenvolvimento do turismo nesse viés, o que não acontece, assim como afirmam Vasconcelos e Bezerra (2012),

[...] Alagoas um estado maciçamente composto por culturas mestiças e geografias culturais híbridas que se dividem e se espalham lado a lado ao longo do litoral e de seus interiores, até a presente data não existe, em nível governamental, um planejamento sólido voltado para a implantação de um turismo cultural para o desenvolvimento das áreas lagunares ou ainda alternativas para a diferencialidade dos municípios abundantes na construção de roteiros turísticos desenvolvidos a partir de suas referências históricas e culturais (p. 152).

Estudar a dinâmica dos impactos ambientais ocasionada pela prática do turismo constitui uma ferramenta de suma importância no que diz respeito à modificação da paisagem geográfica, onde o mesmo se apropria dos espaços, modificando em elemento de consumo, provocando alterações sociais e dos impactos ambientais negativos ocasionados por tal atividade.

Com a introdução das atividades turísticas, o espaço geográfico tem sofrido mudanças, de forma que as discussões sejam necessárias. Portanto, a pesquisa irá analisar as mudanças ocorridas através dos problemas ambientais causadas na orla fluvial da cidade.

Segundo dados obtidos na secretaria municipal de cultura e turismo do município de Piranhas, o turismo começou a desenvolver-se formalmente nos anos de 1995 a 1996 com a construção da Usina Hidroelétrica de Xingó e com o surgimento de empresas no ramo turístico tendo um grande aumento de visitantes a partir do ano de 1997.

Atualmente a cidade recebe aproximadamente 260 mil turistas e visitantes por ano, sendo de novembro a fevereiro, junho e julho os meses em que ocorrem maior fluxo de pessoas, além de feriados e festividades promovidas pela gestão municipal.

Os turistas que passam pela cidade de Piranhas, visitam principalmente os cânions do São Francisco e a rota do cangaço, desfrutando dos atrativos locais, bares e restaurantes, bem como as lojas de artesanato local.

CAPÍTULO 02. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. MEIO AMBIENTE E TURISMO: CONCEITO E ANÁLISE

O meio ambiente é entendido pela constituição da biosfera com o ecossistema que o mantêm, assim “Esses ecossistemas são constituídos de comunidades de indivíduos de diferentes populações (bióticos), que vivem numa área juntamente com o seu meio não – vivente (abiótico) e se caracterizam por suas inter-relações, sejam elas simples ou mais complexas” (RUSCHMANN, 2008, p. 19).

O meio ambiente constitui a “matéria prima” para a atividade turística, dessa forma, ambos possuem uma inter-relação, ao passo que, em grandes cidades cresce o número de

peças que tendem nas férias e em fins de semana buscar regiões de áreas naturais para o lazer. Nesse sentido, o meio ambiente torna-se uma das maiores motivações das pessoas ao planejar uma viagem. No entanto, o grande número de turistas em massa deve ser avaliado em locais sensíveis, pois podem ocasionar em efeitos negativos ao ecossistema (RUSCHMANN, 2008).

Tendo em vista a análise citada anteriormente, o homem sente a necessidade de modificar e transformar o meio natural para suprir sua sobrevivência, envolvendo-se com a troca entre homem e meio ambiente.

O ambiente é dinâmico. Fluxos de energia e matéria, teias de relações intra e interespecíficas são algumas das facetas dos processos naturais que ocorrem em qualquer ecossistema, natural, alterado ou degradado. Uma das maneiras de se estudar os impactos ambientais é entender como as ações humanas afetam os processos naturais. Um exemplo pode clarificar esse raciocínio: os processos erosivos (SÁNCHEZ, 2008, p. 36).

Esse ambiente dinâmico é responsável pela manutenção das inter-relações existentes entre o meio. Ainda assim, a conferência realizada na Organização das Nações Unidas (ONU) referente ao meio ambiente celebrada em Estocolmo em 1972, definiu-se meio ambiente como “o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos e indiretos, em um prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas”.

No Brasil, o setor das atividades econômicas, mantém forte a extração e exploração dos recursos naturais presentes no território. Dessa forma, os setores privados e públicos têm conflitos com os órgãos ambientais, pois o embate de exploração e preservação ambiental é um assunto debatido até os dias atuais.

Segundo a PNMA, a lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 em seu artigo 3º inciso I, define: “meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

O ambiente torna-se então um conjunto de elementos culturais, naturais e artificiais, proporcionando a manutenção e equilíbrio da vida. Segundo a Constituição Federal de 1988, dispõe sobre o meio ambiente,

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (BRASIL, 1988).

Com isso, o poder público expõe em suas leis o dever de assegurar a preservação ambiental, tendo em vista que o meio ambiente é um espaço necessário para a manutenção da vida humana.

As áreas de proteção ambiental (APA) destinadas para proteção e preservação do meio ambiente, surgem como uma solução para a conservação e manutenção da biota local, além de preservar o patrimônio natural, histórico e cultural. No entanto, a prática do turismo tem intensificado o uso da matéria-prima para desenvolver as atividades de recreação. Segundo a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, em seu artigo 15º, das categorias de unidades de conservação, define APA,

A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Portanto, as APA's surgem para proteger a diversidade ambiental contra as ameaças locais assegurando o equilíbrio e manutenção ecológica da fauna e flora, para que dessa forma o homem (sociedade) e meio físico (natureza) possam conviver em harmonia. Nesse sentido, as áreas próximas aos cursos d'água não deveriam apresentar nenhum tipo de desmatamento.

O turismo e o meio ambiente tem demonstrado uma relação entre si, no entanto cresce a preocupação envolvendo os impactos de tal forma que o desenvolvimento do turismo age sobre o meio (natureza). Na maioria dos países que ocorrem algum tipo de turismo envolvendo o meio ambiente, foram identificadas diferentes formas de degradação. Assim

“[...] o desenvolvimento do turismo se tornou o principal agravante em alguns países. Sem um esquema de gerenciamento para controlar os problemas, o turismo irá sofrer as consequências” (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 116).

Em relação ao número de pessoas que visitam o meio ambiente, Lickorish e Jenkins (2000) destaca que o meio ambiente sofre algum tipo de impacto ao receber grandes números de visitantes, no entanto, em países que estão em desenvolvimento, o grande número de visitantes podem ser benéficos, pois gera grandes economias para impulsionar o desenvolvimento.

O turismo ao ocorrer em grande escala, requer cuidadosamente um planejamento que inclua principalmente a avaliação de elementos tanto sociais quanto ambientais, pois dessa forma, os ambientalistas e planejadores para o desenvolvimento do turismo estão mais conscientes da responsabilidade para garantir a preservação dos ecossistemas. Isto posto, vale ressaltar que,

[...] meio ambiente se refere ao meio ambiente físico, o qual é formado por componentes naturais e construídos. O ambiente natural é aquele que provém da natureza – clima e temperatura, água, topografia e solos, flora e fauna etc. – e o meio ambiente construído é aquele fabricado pelos homens, principalmente todos os tipos de construções e outras estruturas. Entretanto, deve-se entender que em uma análise ambiental mais abrangente os fatores sócio-culturais e econômicos do meio ambiente são apresentados em conjunto, e de fato, é difícil e indesejável tentar separar os componentes físicos e sócio-econômicos do meio ambiente (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 117).

Assim, o meio ambiente e o turismo possuem relações próximas. As infraestruturas e as instalações do turismo constituem-se como um aspecto do meio ambiente construído, pois as grandes maiorias dos recursos do meio ambiente servem como atrações para a prática do turista. Contudo, com o desenvolvimento do turismo em determinada área, gera impactos ambientais positivos e negativos, dessa forma, é importante o planejamento e manuseio dos recursos disponíveis (LICKORISH; JENKINS, 2000).

Em relação às fases do relacionamento do turismo com o meio ambiente, Ruschmann (2008) descreve a ligação existente entre eles. A primeira fase ocorreu no século XVIII, que foi caracterizado pela “descoberta da natureza”, onde os primeiros turistas mantinha-se curiosidade sobre os meios (natureza) que realizavam suas visitas, assim a visão que os mesmo tinham eram totalmente diferentes dos viajantes da atualidade. Então “Suas motivações eram: a busca dos ambientes onde a industrialização ainda não havia chegado ou de centros turísticos desenvolvidos à beira-mar para bronzear-se e banharem-se [...]” (RUSCHMANN, 2008, p. 20).

A segunda fase referente às fases do desenvolvimento do turismo com o meio ambiente destaca-se pelo turismo elitista e “dirigido” ocorre no fim do século XIX, essa fase é caracterizada segundo Ruschmann (2008), por não existir nenhuma preocupação na preservação e proteção do meio ambiente, assim, intensificaram-se as construções, como construir grandes estradas de ferro, lançar cassinos flutuantes, ou seja, a natureza era domesticada e não esquecida necessariamente.

A partir da década de 50 ocorre a terceira fase caracterizada pelo turismo de massa, “[...] esse período é o mais devastador e se caracteriza pelo domínio brutal do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras [...]” (RUSCHMANN, 2008, p.21). Na década de 70 muitos países adentraram na fase em que se começou a considerar a relação existente entre o turismo e os problemas com o meio ambiente, a partir da década de 80 surgem um novo período do turismo voltado para a natureza, ou seja, o turismo de natureza/ecológico.

2.2. TURISMO E IMPACTOS AMBIENTAIS

O conceito de turismo surge no século XVII na Inglaterra. A palavra *tour* de origem francesa significa volta, e inicialmente definia-se como algo ligado a nobreza. Não existe uma data concreta para o início do desenvolvimento do turismo, porém alguns autores apontam que o turismo teve ponto de partida na Grécia antiga no século VIII a.C., quando as pessoas iniciavam suas viagens para assistirem os jogos olímpicos (BARRETTO, 2003).

A partir do século XIX com o surgimento do turismo moderno e os avanços da revolução industrial, começaram-se então as viagens organizadas com a interferência dos agentes de viagem marcada pelo trem e navio.

Desde a antiguidade, o homem modifica o espaço habitado, ocasionando mudanças na ecologia do meio ambiente, assim “[...] a natureza humana está intrinsecamente associada às manifestações culturais e necessita delas para sua sobrevivência e evolução. O turismo, nesse contexto, atua como agente promotor de mudanças ambientais e culturais nos núcleos dos quais se apropria” (CAPRA, 1996, p. 291).

Contudo, a relação do homem com o meio ambiente, envolve uma importante ferramenta para o campo de abrangência na percepção ambiental. Assim sendo, o turismo proporciona tanto a população receptora quanto aos turistas múltiplas relações de atividades e para a Geografia, o turismo proporciona temas de estudo envolvendo o meio ambiente e os elementos que constituem a paisagem. Segundo Cruz (2006), o turismo é uma prática social e o espaço é o seu ponto de objeto principal de consumo.

Com a intensificação do turismo, ocorre o surgimento de alguns problemas para a sociedade local, como, o crescimento econômico, ocupação desordenada, degradação ambiental, dentre outros. Contudo, o planejamento se destaca para minimizar os efeitos negativos sociais e ambientais. “O planejamento é fundamental para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir” (RUSCHMAN, 2008, p. 10).

O meio ambiente que constitui a matéria prima do turismo, possui entre si uma relação, pois o turismo utiliza o espaço para se desenvolver. Portanto, as cidades receptoras do turismo, modifica sua infraestrutura. Assim,

Os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto à colocação de infra-estrutura nos territórios para que o turismo possa acontecer com a circulação de pessoas que a prática turística promove nos lugares. [...] meios de hospedagem edificadas em áreas não urbanizadas bem como outras infra-estruturas a eles associados podem representar riscos importantes de desestabilização dos ecossistemas em que se inserem (CRUZ, 2003, p. 31).

A partir do momento que ocorre a modificação na infraestrutura, o meio ambiente tende a se modificar, gerando por sua vez impactos negativos e positivos, porém, os impactos negativos ocasionam na degradação ao meio ambiente. Portanto no Art. 1º da Resolução nº 01 de 23 de janeiro de 1986 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), entende como impacto ambiental,

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais

Por meio da prática do turismo onde o mesmo se desenvolve, acarreta em inúmeros impactos dependendo da sua forma de desenvolvimento e planejamento. Segundo Dias (2005, p. 100) “[...] uma lista dos impactos ambientais provocados pelo turismo será sempre incompleta pela diversidade de efeitos que a atividade provoca no meio ambiente, daí a necessidade de monitoramento permanente”.

Atualmente, o mercado do turismo cresce e consome cada vez mais o espaço, e não resta dúvida, que as atividades juntamente com sua expansão, ocasionam os problemas

ambientais. O impacto é gerado quando “[...] uma ação ou um conjunto de ações incide sobre determinado aspecto no ambiente, originando uma transformação no seu comportamento ao longo do tempo” (BRASIL, 2007, p. 48).

O turista ao procurar o destino, expõe uma série de exigências, seja pela cultura local, práticas esportivas, ecoturismo dentre outras. Dessa forma, as atividades do turismo sustentável são cada vez mais exigentes, partindo do pressuposto que não possa afetar o ambiente e as futuras gerações. Assim sendo, a prática turística se constitui como,

[...] a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro (BRASIL, 2007, p. 27).

Cabe salientar que a prática do turismo muitas das vezes superlota as áreas capazes de receber tal demanda, dessa forma, a capacidade de carga é utilizada para verificar os impactos gerados pelo turismo. Segundo a Organização Mundial do Turismo, a capacidade de carga é definida como,

[...] máximo de uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local (OMT, 2001).

Dessa maneira, as áreas de proteção ambiental surgem para preservar a fauna e flora do local sem prejudicar e interferir no meio físico e natural. Dias (2003, p. 83), destaca que “[...] a análise da quantidade de turistas que um espaço pode suportar sem interferir de maneira significativa no meio físico, no comportamento da comunidade receptora e na experiência do visitante”.

O Planejamento é de fundamental importância para que assim não possa gerar efeitos negativos na cidade receptora. Pinheiro (2011, p. 34) destaca,

Os impactos negativos provocados pela atividade turística podem trazer danos irreversíveis para as localidades nas quais o planejamento turístico não ocorre de forma adequada. Com a vinda de um número expressivo de turistas, o destino não planejado, momentaneamente terá o retorno financeiro. No entanto, em um período de longo prazo, a atividade será comprometida e os danos afetarão diretamente a comunidade receptora e os aspectos culturais, sociais e ambientais pertencentes ao local.

Sobre o turismo e o meio ambiente, Cruz (2003) destaca que a partir do final do século

XX, começaram a surgir novos paradigmas a respeito dos termos como conservação, degradação e preservação ambiental, tornando-se uma “questão ecológica” presente no senso comum. O turismo tem seus impactos benéficos e maléficos sobre o meio ambiente, assim,

Ele degrada irreversivelmente as maiores atrações que o justificarem e o atraíram, erodindo recursos naturais, quebrando a unidade e a escala da paisagem tradicionais e suas construções características, poluindo praias, destruindo florestas, degradação que pode ser limitada mediante um planejamento correto, embora nem todos os efeitos negativos sobre o meio tradicional possam ser evitados; Ele protege o meio uma vez que estimula o interesse da população e autoridades locais para a apreciação do valor do ambiente e introduz medidas compreensíveis para sua proteção, gerenciamento e melhoria, financiados pelos rendimentos oriundos do próprio turismo (CRUZ, 2003, p. 29).

Dessa forma, se o turismo não for planejado não terá seu devido desenvolvimento, ocasionando mudanças no aspecto físico e mudanças no meio ambiente. Cruz (2003) chama a atenção para o turismo de massa, onde esse é considerado por muitos o principal fator da destruição de áreas naturais.

Vale ressaltar que qualquer atividade humana interfere nas modificações do meio ambiente, o homem o transforma para sua sobrevivência, diante disso, os impactos em ambientes naturais nem sempre são negativos, pois em áreas que já se observa a degradação por meio da intervenção do homem, o turismo age e se apropria promovendo a recuperação das áreas e assegurando a sua proteção, dessa forma o turismo proporciona um impacto positivo sobre as áreas naturais (CRUZ, 2003).

As práticas do turismo em ambientes naturais estão relacionadas a dois tipos de turismo, o turismo de natureza ou o ecoturismo. Logo, o ecoturismo se destaca por utilizar a natureza, porém deve ter ao mesmo tempo uma infraestrutura adequada nos locais que o mesmo se apropria, assim o ecoturismo não ocasiona grandes impactos como o turismo de massa (CRUZ, 2003).

Os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto à colocação de infra-estruturas nos territórios para que o turismo possa acontecer como à circulação de pessoas que a prática turística promove nos lugares. Nesses casos, tanto pode se tratar de praias como de montanhas cobertas de neve, ecossistemas florestais ou áreas dunares, recursos hídricos, manguezais e quaisquer outros ecossistemas naturais dos quais o turismo se apropria (CRUZ, 2003, p. 31).

As infraestruturas em locais de áreas naturais ocasionam também impactos ambientais, desde que não sejam implantadas de forma adequada. Essa prática além de impactar o meio ambiente, coloca em risco os ecossistemas, dessa forma, o planejamento entra a fim de evitar

e minimizar os danos. Assim, os impactos relacionados à circulação das pessoas em ambientes naturais destacam-se os mais comuns como sendo a produção dos despejos de lixo, como também a insuficiência das municipalidades em lidar em determinados momentos com a presença das pessoas sobre o território (CRUZ, 2003).

Os impactos sobre o meio ambiente decorrente do turismo não ocasionam, necessariamente, na maioria das vezes, a degradação do meio ambiente, pois as alterações de ordem social ou econômica podem gerar transformações no que diz respeito às modificações do homem com o espaço. Com isso, o turismo não pode ser apenas responsável pelos impactos negativos sobre o meio ambiente, mas também por impactos de ordem positiva (RUSCHMANN, 2008).

O Turismo quando planejado para seu desenvolvimento, apresenta impactos positivos para a região receptora, dessa forma, os impactos positivos podem beneficiar a tanto economia quanto à população local, dessa forma, podem se destacar por ter benefícios como,

Criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e, ainda, de monumentos históricos; Os empreendedores turísticos passam a investir nas medidas preservacionistas, a fim de manter a qualidade e a consequente atratividade dos recursos naturais e socioculturais; [...] A renda da atividade turística, tanto indireta (impostos) como direta (taxa, ingressos), proporciona as condições financeiras necessárias para a implantação de equipamentos e outras medidas preservacionistas; Interação cultural e aumento da compreensão entre os povos, originados pelo conhecimento maior do turista dos usos e costumes das comunidades que visita; [...] Na economia, o turismo favorece aumento da renda e sua distribuição nas localidades receptoras; Ecologicamente, percebe-se uma utilização mais racional dos espaços e a valorização do convívio direto com a natureza (RUSCHMANN, 2008, p. 56-57).

Assim como o turismo tem seus impactos positivos para determinada área em que o mesmo se desenvolve, o turismo ocasiona também danos ambientais pelo processo do seu desenvolvimento, onde muita das vezes de forma descontrolada acarreta em impactos negativos. Ruschmann (2008) destaca que os impactos negativos se destacam pela poluição, destruição da paisagem natural e de áreas agropastoris, destruição da fauna e flora, degradação da paisagem, de sítios históricos e de monumentos, congestionamentos, conflitos e competitividade.

Nessa continuidade, Ruschmann (2008) ao abordar os impactos negativos gerados pelo turismo, destaca que a poluição da água é ocasionada tanto em rios quanto em lagos, oceanos e cachoeiras. A poluição é provocada por fatores como: ausência do tratamento de esgotos; óleo e outros componentes emitidos pelos barcos movidos a motor, dentre outros. Em relação à poluição do ar, ela está associada aos gases emitidos pelos motores, consumo da

energia etc.

A poluição está associada também pela poluição sonora ocasionada pelos turistas em seus veículos no momento da recreação, além disso, a poluição pelos despejos inadequados dos lixos em locais abertos decorrentes dos piqueniques.

Em relação à modificação e destruição da paisagem natural, o turismo é responsável pelo seu crescimento devido às novas construções de casas, hotéis e outros meios de infraestrutura para suportar a demanda dos turistas. Contudo, a destruição da fauna e da flora é provada pela poluição da água, do ar e de todos os resíduos turísticos, dessa forma a degradação ocorre nas áreas naturais devido ao excesso de pessoas que conseqüentemente acarreta no desaparecimento de inúmeras espécies (RUSCHMANN, 2008).

A prática da construção de equipamentos modernos de infraestrutura para atender os turistas em ambientes naturais, que fogem muitas das vezes de construções tradicionais, pode provocar a degradação da paisagem, de sítios históricos e de monumentos, pois acaba não se harmonizando com as instalações locais. Com isso, o excesso de pessoas nessas localidades podem ocasionar problemas como a degradação de ambientes naturais e o furto de peças em sítios históricos (RUSCHMANN, 2008).

Em época de férias, a atividade recreativa e turística ocasiona em congestionamento por meio da concentração em locais de praias e de outros locais, conseqüentemente ocasiona em sobrecargas de infraestrutura e nos danos ao meio ambiente, essa concentração impõe agressões à qualidade de vida dos moradores da localidade. O congestionamento acontece em vias principalmente em fins de semana, pois os turistas procuram lazer, isso aumenta a poluição atmosférica e sonora, nesse sentido, os conflitos em regiões receptoras podem ocasionar em tensões sociais devido aos hábitos diferentes. Portanto, devido a esses fatores, em época de baixa estação de turistas, ocasiona-se na competitividade (RUSCHMANN, 2008).

No quadro 01, Lickorish e Jenkins (2000) destacam os tipos de impactos ambientais provados pelo turismo, o mesmo destaca que os impactos negativos e positivos dependem de como ocorre o planejamento e controle para o desenvolvimento, tendo em vista que os impactos destacados abaixo não aparecem necessariamente na área, pois dependem tanto da escala e do tipo de desenvolvimento do turismo como também das características ambientais compostas em cada área.

Quadro 01. Tipos de Impactos Ambientais

Impactos Negativos	Impactos Positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Poluição da água • Poluição do ar • Poluição sonora • Poluição visual • Superlotação e congestionamento • Problemas quanto ao uso de terras • Ruptura ecológica • Danos ao meio ambiente • Danos a locais históricos e arqueológicos • Despejo improprio de lixo 	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação de importantes áreas naturais • Preservação de locais históricos e arqueológicos • Melhorias na qualidade ambiental • Melhorias no meio ambiente • Melhorias na infra-estrutura

Fonte: Lickorish e Jenkins (2000)

Diante dos impactos ambientes negativos e positivos, a melhor forma de evita-los é ter um processo de planejamento ambiental adequado do turismo, nesse caso, o planejamento deve abranger os níveis nacionais e regionais em áreas específicas que estão às atrações turísticas (LICKORISH; JENKINS, 2000).

2.3. TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Alguns autores como Ruschmann (2008), Cruz (2003), dentre outros, entendem que a prática do turismo de fato tem sua importância para o desenvolvimento da economia local. No entanto, a devida prática pode também ocasionar em impactos ao meio ambiente. Dessa forma, faz-se necessário o planejamento para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Atualmente o turismo “[...] utiliza as paisagens, os lugares e os territórios como mercadorias, o principal produto a ser comercializado e consumido são as imagens e os símbolos, criados e estereotipados para o entendimento dos anseios dos turistas” (CANDIOTTO, 2009, p. 49). Nesse âmbito, as empresas se apropriam do espaço para fazê-las delas seu meio de negócio, nessa perspectiva, nasce à ideia do turismo sustentável, visando à conservação ambiental. O turismo sustentável pode ser visto no documento da OMT (2003) como sendo,

O turismo sustentável é aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal

forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT *apud* Korossy, 2008, p. 63).

Contudo, percebe-se que o desenvolvimento do turismo sustentável, pauta-se na ligação entre as áreas econômica, social, cultural e ambiental visando atender tanto aos turistas quanto a região que os recebe, no entanto, essa ligação faz-se necessária a preservação de todos os meios da diversidade biológica. Além disso, o turismo sustentável leva em conta as diversas necessidades dos locais para que o turismo possa ser praticado e não cause dano à qualidade de vida da população, dos sistemas sociais, culturais e econômicos, assegurando o meio ambiente para as futuras gerações (SANTOS; SANTOS, 2011).

Todavia, para o desenvolvimento sustentável do turismo, o planejamento é de fundamental importância, pois “O planejamento é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Ele tem por objetivo o provisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda aos seus desejos e necessidades” (RUSCHMANN, 2008, p. 83).

Nesse cenário de planejamento, cabe aos órgãos identificar os erros passados para que então se projete novas ações para o amanhã. Todavia, é necessário diagnosticar a realidade da localidade para planejar os cenários que se deseja executar (CRUZ, 2006). A autora destaca que o planejamento perpassa por três processos, o primeiro refere-se ao planejamento futuro, o planejamento como sendo uma ação racional, e por último, o planejamento sendo um processo. Então,

O planejamento é algo que remete sempre a futuro, já que não se pode planejar o passado ou o presente. Por isso, planejar significa, sempre, projetar o futuro que se deseja. [...]. Em segundo lugar, o planejamento é sempre uma ação racional, e como tal, é imbuído de ideologia. Planejamento é meio e não fim. O planejamento é um processo político-ideológico, que exprime anseios, objetivos, visões de mundo dos atores sociais que o conduzem. [...]. E terceiro lugar, o planejamento é um processo e, por isso, comporta uma gama de ações. A organização de um dado setor da vida social – e este é o caso do turismo – somente pode ser resultado de um processo contínuo de planejamento (CRUZ, 2006, p. 341- 342).

Percebe-se então que o planejamento não é uma tarefa simples, envolve diversas ações para que o desenvolvimento do turismo aconteça de forma a minimizar os impactos negativos ao meio ambiente e aumentar os impactos positivos, tendo assim retorno na economia local. O planejamento do turismo envolve as políticas públicas voltadas para essa ação, e com isso evoluem-se tanto os poderes locais, regionais, estaduais ou nacionais, contendo suas

estratégias e metas a serem alcançadas para que o turismo possa então ser desenvolvimento e praticado. (CRUZ, 2006). Vale ressaltar que para ocorrer o desenvolvimento sustentável não envolve apenas grupos específicos e sim a todos, pois “O desenvolvimento do turismo deve ser um projeto construído coletivamente e não uma resposta a interesses particulares, de grupos sociais específicos” (CRUZ, 2006, p. 342).

Nessa perspectiva, alcançar a sustentabilidade do turismo requer planejamento para que então estabeleça os objetivos traçados, possibilitando os processos de desenvolvimento econômico e social.

Desta forma, o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança e, para ser consistente e sustentável, deve levar ao dinamismo e à viabilidade econômica, mobilizando e explorando as potencialidades locais e contribuindo para elevar as oportunidades sociais e, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são as bases de suas potencialidades. [...] A perspectiva do desenvolvimento local acontece quando se direciona a dimensão humana e as pessoas envolvidas são beneficiadas em seus territórios. O turismo se vincula a esta perspectiva, no intuito de propiciar melhorias nos espaços onde as atividades turísticas são desenvolvidas sustentavelmente (HANAI, 2011, p. 210).

Mediante o alcance do turismo nas organizações públicas, faz-se necessário a colaboração das empresas privadas, visto que as empresas privadas buscam apenas os lucros, já os órgãos públicos tem uma visão distinta, já que busca o desenvolvimento econômico da região. Nessa perspectiva, para o desenvolvimento da atividade, o setor público precisa que o setor privado colabore direta ou indiretamente. Cabem aos órgãos responsáveis (Estado), direcionar ações para zelar da infraestrutura, proteção e conservação do meio ambiente, permitindo o desenvolvimento e bem-estar da população local e turista. (RUSCHMANN, 2008). Dessa forma, o desenvolvimento segundo Ruschmann “No turismo, o plano de desenvolvimento constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade, determinando suas dimensões ideais, para que a partir daí, possa-se estimular, regular ou restringir sua evolução” (2008, p. 84).

Diante do desenvolvimento do turismo, faz-se necessário ter um planejamento para evitar futuros problemas e circunstâncias negativas. Nesse planejamento é essencial que se tracem objetivos e metas para que tudo ocorra conforme o programado. Contudo, o desenvolvimento do turismo passa na maioria das vezes por problemas na falta de integrações, então,

Um dos maiores problemas dos planos de desenvolvimento turístico reside na sua falta de integração com outros programas sociais, econômicos e físicos das

localidades. Por isso, acabam sendo empreendidos isoladamente e nem sempre atingem os objetivos (RUSCHMANN, 2008, p. 87).

De acordo com Ruschmann (2008), o planejamento contempla o desenvolvimento a curto, médio e longo prazo, e aplicabilidades para que as ações e decisões turísticas sejam bem sucedidas. O planejamento em longo prazo envolve a partir do seu ponto inicial até o final do empreendimento, estabelecendo e visando o desenvolvimento dos produtos a serem ofertados no mercado. O planejamento em médio prazo é subordinado pelos objetivos do planejamento em longo prazo, ou seja, aos equipamentos e que são destinados para as necessidades da demanda turística. Essa atividade costuma ser desenvolvida em seu planejamento no prazo de cinco anos. Por fim, o planejamento em curto prazo costuma levar um ano, assim seu objetivo de solucionar os ajustes imediatos viabilizando o seu funcionamento.

Para ocorrer o desenvolvimento do turismo sustentável, Ruschmann (2008) afirma que para evitar e prevenir os diversos impactos ambientais, como a degradação, é necessário levar em consideração o patrimônio histórico e os produtos que envolvem os equipamentos turísticos e seus atrativos. Dessa forma, o desenvolvimento e turismo sustentável estão interligados com o meio ambiente.

As áreas em ambientes naturais que recebem turistas em sua grande maioria sofrem impactos negativos decorrente do turismo em massa, pois assim como informa Ruschmann (2008) “[...] o turismo de massa-caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente na mesma época do ano – vem sendo considerado o maior agressor dos espaços naturais” (p. 110). À vista disso, o turismo de massa caso não seja planejado e controlado, o ecossistema local poderá ser agredido e conseqüentemente ocasionar em sua destruição.

O turismo de massa tem contribuído acentuadamente para a destruição, às vezes irreversível, do meio ambiente turístico. A causa maior desse mal, além da ausência da preocupação com a preservação dos locais visitados, reside no número excessivo de pessoas que constituem os grupos turísticos (RUSCHMANN, 2008, p. 114).

Diante dessa perspectiva, o planejamento turístico é essencial para o desenvolvimento sustentável, dessa forma, quando não ocorre o planejamento para receber a demanda do turismo em massa, acarreta em situações negativas para o meio ambiente, Ruschmann (2008), destaca que o planejamento sustentável do turismo, surge com a finalidade de evitar transtornos irreversíveis diante dos meios turísticos, como também evitar os custos sociais a

localidade, com isso, otimizando benefícios para o desenvolvimento e protegendo o meio ambiente.

Em relação à sustentabilidade turística e recreativa, Ruschmann (2000) afirma que a atividade turístico-recreativa acontece por pessoas que não residem na localidade visitada, dessa forma, as pessoas visitam a localidade por um tempo inferior a 24 horas, ou seja, sem pernoitar na localidade. O seu uso em meio natural deve levar em consideração algumas características que podem ocasionar impactos ao meio natural. Diante disso, a sustentabilidade turística de um determinado meio, depende de alguns fatores como,

Do respeito ao meio ambiente natural: o turismo não pode colocar em risco ou agredir irreversivelmente as regiões nas quais se desenvolve; da harmonia entre a cultura e os espaços sociais da comunidade receptora, sem agredi-la ou transformá-la; da distribuição equitativa dos benefícios da atividade entre comunidade receptora, os visitantes e os empresários do setor; de um turista ou visitante mais responsável e atencioso, receptivo às questões da conservação ambiental, sensível às interações com o meio natural visitado e com as comunidades receptoras, educado para ser menos consumista e adotar uma postura orientada para o entendimento e a compreensão dos povos e locais visitados (RUSCHMANN, 2000, p. 74).

O turismo sustentável e a atividade turístico-recreativa devem levar em consideração os fatores citados anteriores para que então possa se desenvolver sem agredir as futuras gerações, pois o meio ambiente é o produto que o turismo utiliza para sua prática.

Por meio das observações feitas anteriormente, o turismo sustentável desenvolve-se em conjectura, abrangendo a sociedade receptora os interesses dos governantes e dos comerciantes. Portanto, o turismo então beneficia a todos os envolvidos direta e indiretamente através do planejamento, permitindo a sustentabilidade e garantindo melhorias futuras.

2.4. METODOLOGIA

A presente pesquisa realizada é de abordagem qualitativa, pois busca compreender uma realidade cujas respostas estão nas relações humanas, essas características dificilmente podem ser representadas por números (MINAYO, 2009). Tem como base o estudo de caso exploratório de forma descritiva, tendo seu foco voltado para a orla fluvial frequentada principalmente pelos turistas.

As pesquisas descritivas “[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28). Ela é de cunho explicativo, pois busca “[...] identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2008, p.

28).

Para identificar os fatores negativos dos problemas ambientais, o trabalho de pesquisa abrangeu três etapas: A primeira se caracteriza como uma pesquisa descritiva, buscando materiais bibliográficos que possa identificar quais fatores determinaram efeitos negativos e positivos. Dessa maneira, a pesquisa bibliográfica pautará em fazer um levantamento na consulta de artigos, livros, teses, dissertações, entre outros.

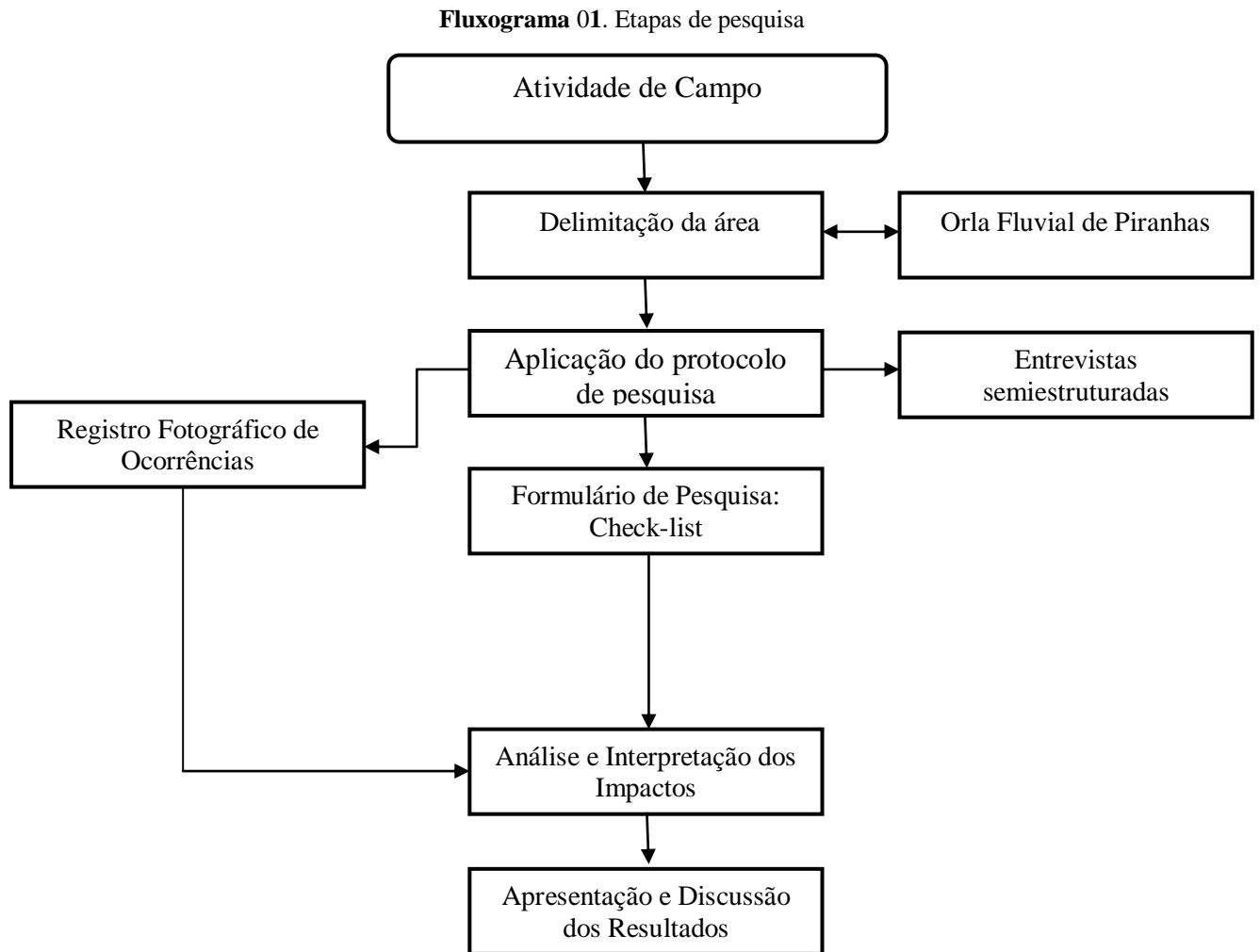
A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 2008, p. 50)

A segunda etapa se caracteriza na pesquisa de campo para investigar os problemas ambientais na orla fluvial, abrangendo os impactos na esfera dos resíduos sólidos, cobertura vegetal, lixo, compactação, saneamento, erosão, entre outros. Dessa forma, para investigar os impactos dentro da orla fluvial, utilizou-se a abordagem qualitativa por meio do método de aplicação de formulário *check-list* (modelo em anexo).

Utilizou-se entrevistas semiestruturadas, que de acordo com Minayo (2009), misturam perguntas abertas e fechadas em que o indivíduo pode se expressar sem se prender à perguntas formuladas. Assim sendo, foram entrevistadas 9 (nove) pessoas: 3 indivíduos donos de bares e restaurantes da região, 2 representantes da secretaria municipal de cultura e turismo e 4 pessoas da comunidade local.

A escolha desse universo de entrevistados se deu por entender que a pesquisa busca compreender os problemas ambientais que o turismo ocasiona na orla fluvial, logo optou-se por investigar a visão que as pessoas da comunidade tem sobre essa prática.

Na terceira etapa será feita a junção dos dados obtidos para posteriormente realizar a análise e discussão dos resultados. Nessa perspectiva, as etapas de pesquisa (fluxograma 01) demonstra o caminho a ser percorrido.



Fonte: Hüffner (2011), adaptado por Araújo (2018).

2.5. FORMULÁRIO BASEADO EM CHECK-LIST

O modelo de formulário *check-list* utilizado por autores como Hüffner (2011) e Nascimento (2005) busca por meio da visualização em campo identificar de maneira fácil e intuitiva alguns dos impactos ambientais presentes no local de estudo. Dessa forma, permite avaliar o grau da potencialidade causadora por meio do turismo, dentre eles foi possível identificar indicadores quantitativos como o lixo, erosão, danos à vegetação e saneamento.

Por meio do formulário, Nascimento (2005) destaca que o modelo tem o objetivo de quantificar os impactos na área que se deseja estudar e por meio deste avaliar o grau da qualidade através da sua contagem, o mesmo destaca que as respostas negativas devem ser indicadas pela cor vermelha, a cor verde deve ser representada para as respostas positivas sem indicar os impactos visíveis e a cor amarela deve ser indicada para quando a pergunta não se aplicar e dessa forma não se contabiliza impacto. Logo após realizar a marcação e contabilizar

o número de quadros assinalados em verde, vermelho e amarelo, deve-se fazer a seguinte equação.

$$\text{Qualidade ambiental} = \Sigma \text{ quadros vermelhos} \times 100 / (30 - \Sigma \text{ quadros Amarelos})$$

Após realizar os cálculos, o resultado indicara a qualidade ambiental baseada na proposta de campo de Nascimento (2005) e os seus valores será interpretado por meio do quadro 02.

Quadro 02. Indicadores de qualidade ambiental

Pontuação	Classificação	Diagnóstico	Cor
0 a 20	Ótimo	Apresenta poucos indicadores de impactos e está bem estruturada para o recebimento de visitantes. Pode ser considerado como uma área modelo	
21 a 40	Bom	A quantidade de impactos é pequena e as necessidades de infraestrutura são baixas. Deve-se tomar cuidado com a manutenção e o monitoramento da área	
41 a 60	Regular	Já apresenta alguns impactos significativos e carece de algumas infraestruturas há necessidade de intervenção e regulamentação quanto ao uso da área. A consulta a um especialista é recomendada, mas não obrigatória.	
61 a 80	Ruim	As condições quanto a danos e infraestruturas são críticas já se fazem necessário uma intervenção mais drástica na área, principalmente para regulamentação do uso e correção dos danos já observados	
81 a 100	Péssimo	Área com grande número de impactos e praticamente despreparada para o uso turístico ou recreativo. Neste caso recomenda-se a interdição da área ate que medidas de correção dos danos e a implementação de infraestruturas seja concluída.	

Fonte. Nascimento (2005)

CAPÍTULO 03. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados obtidos através do formulário *check-list*, foram analisados com a investigação documental e registro fotográfico e separadas em ordem através dos itens: lixo, danos à vegetação, erosão e saneamento básico. A obtenção dos dados tiveram seus objetivos na identificação para conseqüentemente descrever e compreender os problemas ocasionados de forma direta e indireta ao meio físico (natureza). Por meio da metodologia aplicada, a pesquisa pautou-se em avaliar os impactos de forma qualitativa previamente definida no formulário, destacando sua relação com a prática do turismo na localidade, por fim buscou-se uma discussão entre os resultados e o plano municipal da gestão.

Cabe destacar que esse estudo teve seus objetivos na busca dos processos que ocasionam os problemas sobre o meio ambiente como também contribuir auxiliando todos os responsáveis da região quanto aos danos que o turismo pode ocasionar no espaço da orla fluvial de Piranhas que vem sendo usada diariamente. Com isso, que os resultados possam servir para um planejamento futuro.

Com a marcação do presente formulário, observa-se a situação referente aos problemas ambientais encontrados na área. Na orla, a situação foi descrita com facilidade, pelos donos de bares e restaurantes e algumas pessoas da população local, pois não ocorreu nenhum empecilho na aplicação do questionário e na identificação dos fatores a serem observados. Toda a realidade foi vista *in loco*, indicando os itens qualitativos responsáveis pelos problemas.

É importante ressaltar que o formulário aplicado para analisar os principais itens presentes que ocasionam impacto ambiental em aspecto qualitativo, não substitui a importância de um estudo técnico com profissionais da área do meio ambiente possuindo maior profundidade do investigador sobre a dimensão que o impacto pode causar no meio físico (natureza). Dessa forma, o formulário é apenas um recurso para identificar os fatores impactantes à degradação.

Através da metodologia empregada, foi possível identificar alguns dos aspectos negativos que estão relacionados com a prática do turismo sobre o meio, dessa forma, a identificação dos fatores permitiu-se uma reflexão dos indicadores transformadores sobre o meio.

Em Piranhas o espaço mais utilizado pelos turistas é a orla fluvial, por isso os problemas que buscamos identificar com a aplicação do formulário possuem ligação com as práticas do turismo, sendo os mais citados a erosão, a degradação ambiental e o lixo. Nessa perspectiva, o quadro 03 mostra os resultados da área investigada e seus desdobramentos para uma discussão referente aos efeitos sobre o ambiente.

Quadro 03. Resultado do check-list utilizado em campo

ITEM/PERGUNTA		TRECHO		
		ORLA FLUVIAL DE PIRANHAS		
I. LIXO		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
I.a	Ao percorrer a área encontrou lixo?		X	
I.b	A área tem lixeiras?	X		
I.c	O lixo é coletado com frequência regular?	X		
I.d	O lixo coletado tem sempre o mesmo destino?	X		
I.e	O lixo é selecionado e destinado à reciclagem?		X	
I.f	Há placas orientando quanto destino correto a ser dado ao lixo?		X	
I.g	Existem áreas de despejo de resíduos (lixões)?			X
I.h	Quando não coletado o lixo é enterrado ou queimado?	X		
II. DANOS A VEGETAÇÃO		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
II.a	A área apresenta desmatamento?	X		
II.b	As margens dos rios estão cobertas de vegetação?		X	
II.c	Os visitantes costumam levar mudas ou flores retiradas da área?			X
II.d	Foram observados galhos quebrados ou plantas pisoteadas?		X	
II.e	Há placas orientando quanto aos cuidados com a vegetação?		X	
II.f	Existem queimadas de áreas verdes visíveis?		X	
II.g	Existe um controle sobre as áreas desmatadas?			X
III. EROSÃO		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
III.a	São observados sulcos ou outras formas de erosão na área?	X		
III.b	Neste trecho é comum encontrar raízes expostas na superfície?		X	
III.c	A vegetação das margens dos cursos d'água foi preservada?		X	
III.d	Camadas de liteira (folhiço, serrapilheira) são mantidas no solo?		X	
III.e	Na chuva as águas que escorrem carregam muitos sedimentos?	X		
IV. SANEAMENTO		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
IV.a	Existem esgotos a céu aberto na área?		X	
IV.b	Existe lançamento de esgotos na faixa de praia /igarapés?		X	
IV.c	Existem esgotos ou fossas próximos a poços artesianos?			X
IV.d	Existe sistema de tratamento de esgoto?		X	

Fonte: Hüffner (2011), adaptado por Araújo (2018)

3.1 PRINCIPAIS PROBLEMAS ORIUNDOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA E RECREAÇÃO

3.1.1 A Geração de Lixo e Saneamento Básico

Com o advento da globalização, aliada ao consumo desacerbado e a falta de conscientização das sociedades, no sentido de responsabilidade para com o ambiente em que vivem, a geração de lixo no mundo tem se multiplicado a cada ano. Assim como afirma Almeida (2005), “A produção do lixo está diretamente ligada à cultura e ao grau de desenvolvimento de cada país (p. 19)”.

Desse modo, surgem discussões e expectativas futuras de uma sociedade a qual respeita o meio ambiente não só como fator isolado, mas que valoriza a sua importância para a manutenção da vida, reafirmando a relação intrínseca entre homem e natureza, onde esse primeiro faz parte do segundo, sendo o ser humano tão responsável quanto dependente da conservação da natureza. Segundo Jacobi (2007),

[...] na sociedade contemporânea, a relação estabelecida entre os humanos e o meio ambiente está causando impactos cada vez mais complexos, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, nas condições de vida das populações, na capacidade de suporte planetária e na garantia da qualidade de vida das futuras gerações (p. 50-51).

Ao longo da formação do homem em sociedade este passou por diversas etapas de evolução desde o período em que se via em contato com a natureza sobrevivendo dos seus recursos sem realizar impactos diretos e conflitantes, isto é, suas técnicas primitivas não modificavam o meio ao ponto de “amputa-lo”. Seguindo esse raciocínio, com a evolução das técnicas de realização de trabalho, de extração e modificação da natureza em prol de sua subsistência, o homem chegou a tal ponto de não ser mais limitado, ou melhor, de não depender mais do uso das formas mais simples dos recursos naturais. Conforme Cavalcante (2011),

O ser humano agride a natureza com o intuito de obter determinado padrão de desenvolvimento econômico, decorrente dessa ação do homem, os riscos ambientais têm aumentado nos últimos anos, sendo assim para o enfrentamento desse colapso ecológico mundial, nasce o marco de desenvolvimento sustentável voltado para a harmonia entre desenvolvimento econômico e ecológico (p. 02).

Chegamos ao ponto em que a sociedade está se sobrepondo e dominando a natureza, fazendo uso de formas diversas, causando cicatrizes como nunca antes vistas. De tal forma,

que o ciclo natural da vida tem modificado o sistema e os processos que o compõe, isto se deve, paulatinamente, as ações invasivas do trabalho, das técnicas e principalmente da tecnologia produzida pelo homem.

Com a necessidade de expansão do uso das matérias-primas, de ocupação de diversos territórios, do interesse da sociedade em evoluir gradativamente, surgiram fenômenos como a industrialização, a urbanização, que marcaram essa virada de ação do homem sobre a natureza, onde passaram a surgir cidades cada vez maiores, produção de diversos produtos e mercadorias. Nesse contexto, Effting (2007),

[...] com a urbanização e evolução da civilização, a percepção do ambiente mudou drasticamente e a natureza passou a ser entendida como "algo separado e inferior à sociedade humana", ocupando uma posição de subserviência. No decorrer do século passado, para se atender as necessidades humanas foi-se desenhando uma equação desbalanceada: retirar, consumir e descartar (p. 01).

De acordo com o Manual de Educação para o Consumo Sustentável (2005), elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor,

A sociedade moderna rompeu os ciclos da natureza: por um lado, extraímos mais e mais matérias primas, por outro, fazemos crescer montanhas de lixo. E como todo esse rejeito não retorna ao ciclo natural, transformando-se em novas matérias-primas, pode tornar-se uma perigosa fonte de contaminação para o meio ambiente ou de doenças (BRASIL, 2005, p. 114).

Como consequência, surgiu o consumismo desacerbado gerador de lixo e resíduos sólidos, os quais têm tomado proporções alarmantes, sem mencionar os efeitos no saneamento básico das cidades. Em consonância com Silva (2012) “Construímos uma sociedade de risco e somos obrigados a geri-la” (p. 03).

Cabe aqui distinguir lixo e resíduos sólidos, uma vez que são corriqueiramente confundidos ou tomados como a mesma coisa. O lixo é dado como aquilo que não se têm mais uso, teoricamente, independente do seu estado, seja líquido ou sólido, que não pode ser reutilizado ou reciclado; já os resíduos, são os materiais que compõe o lixo, no entanto, podem ser reutilizados ou transformados em um produto secundário (ALMEIDA, 2005).

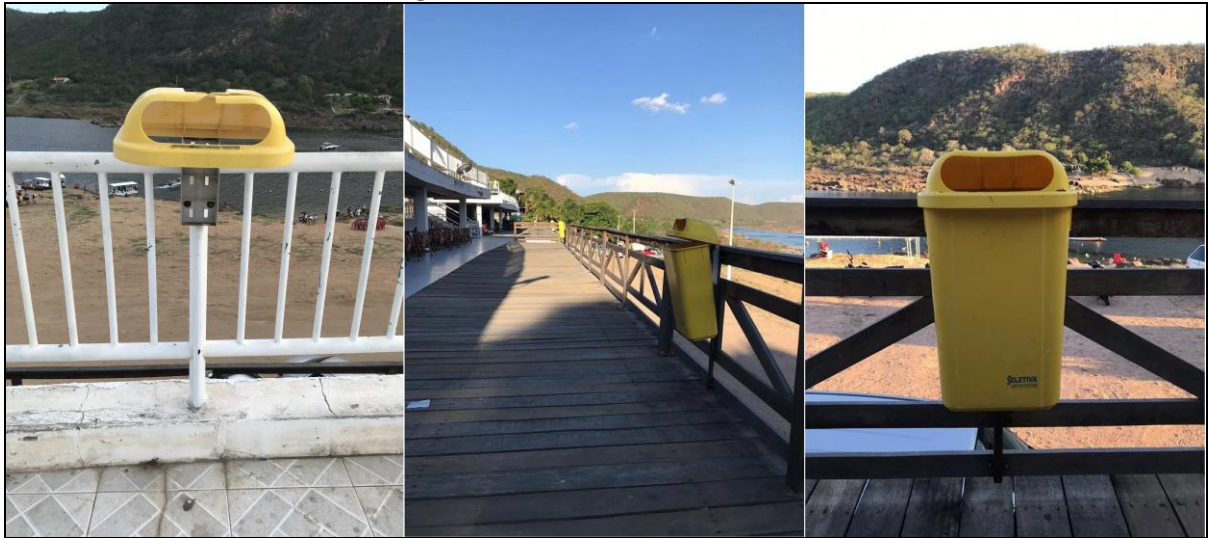
Como medida protetiva, foi criada uma legislação nacional que regulamenta esse setor, amparada pela Constituição de 1988, assim como, normatizações globais, que os países e empresas devem aderir até mesmo encontros periódicos, que debatem e buscam impulsionar a sociedade a atitudes éticas e até mesmo diante de si mesmo, já que, todos fazem parte e

vivemos no mesmo ambiente. Que as modificações e os problemas ambientais recorrentes desde escalas locais, a regionais, podendo sim tomar proporções globais, e muitas delas irreversíveis. Assim,

A evolução do homem foi longa até atingir uma consciência plena e completa da necessidade de preservação do meio ambiente, vê-se, constantemente, através dos meios de comunicação, a contaminação do meio ambiente por resíduos nucleares, pela disposição de lixos químicos, domésticos, pelo efeito estufa, desmatamento entre outras causas que ocasionam agressões ao meio ambiente (BORTOLON; MENDES, 2014, p. 126).

A partir dessa discussão, buscamos através de pesquisa de campo observar e fazer levantamento de dados qualitativos de como o lixo têm sido gerenciado e as condições de saneamento básico na Orla fluvial de Piranhas/AL e sua relação com as atividades turísticas no local. Ao percorrer a área em estudo, não foi encontrado nenhum tipo de resíduo como garrafas pet, plástico, copos descartáveis etc., mesmo com a demanda de turistas a área encontrava-se limpa, isso se deve, ao fato do lixo ser coletado regularmente pela prefeitura. Cabe destacar que a observação da pesquisa e a aplicação dos questionários ocorreram no período de dezembro de 2018, início da alta temporada em que o fluxo de turistas na cidade é intenso.

Quanto à presença de locais para descarte do lixo pelos turistas, foram encontradas lixeiras apenas na área em frente aos bares e restaurantes (figura 03), no entanto, as lixeiras da parte superior encontravam-se todas quebradas, necessitando-se então na substituição de novas lixeiras (figura 03). Cabe destacar que seria interessante a presença de lixeiras na faixa de areia, pois os banhistas que estão na beira do rio, ao consumirem algum tipo de alimento ficam impossibilitados de descartar o lixo, e mesmo se o banhista deixarem o lixo ao seu lado para após jogar nas lixeiras, corre o risco de lixos leves como o plástico, serem levados pelo vento para dentro d'água.

Figura 03. Lixeiras em uso e danificada

Fonte: Araújo (2018)

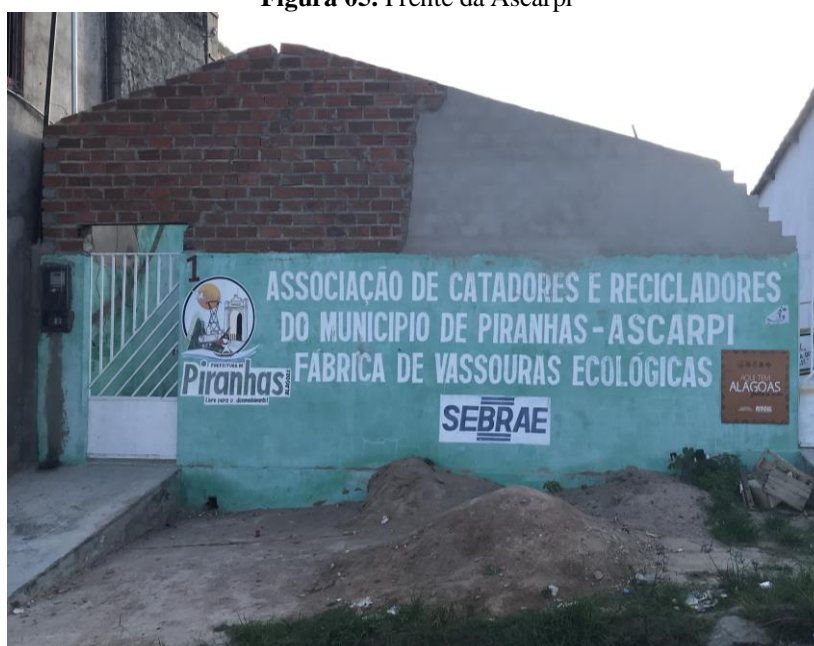
De acordo com funcionários e donos de restaurantes e pessoas responsáveis pela SECULT, o lixo da orla é coletado diariamente. Existe um funcionário para coletar exclusivamente o lixo que é jogado na orla, garantindo a harmonia e limpeza da área para receber os moradores e turistas. Essa necessidade de limpeza diária expõe a grande quantidade de lixo produzida pela prática do turismo, como mostra a figura 04. Esse lixo é decorrente tanto do descarte de forma inadequada pelo turista como pelo consumo nos bares e restaurantes. Isso reforça a relação direta entre a grande produção do lixo e a prática do turismo, assim como afirma Hüffner (2011) e Nascimento (2005) em seus estudos.

Figura 04. Coleta de lixo

Fonte: Araújo (2018)

O lixo ao ser coletado evita a presença de animais peçonhentos como também evita a poluição do solo e diminuição dos impactos ambientais na área. Quanto a sua destinação, segundo relatos, tanto o lixo da orla de Piranhas e quanto dos outros bairros, é realizada a coleta e levado para a cidade de Olho D'Água das Flores - AL, onde é feito todo o processo de tratamento. A cidade de Piranhas em si não possui sistema de reciclagem dos lixos. No entanto, existe na cidade a associação de catadores e recicladores do município de Piranhas (Ascarpi) (figura 05) onde os associados passam em pontos cadastrados para recolher o lixo, separar e mandar pros pontos de reciclagem.

Figura 05. Frente da Ascarpi



Fonte: Araújo (2018)

Em contrapartida, de acordo com relatos dos trabalhadores da orla, ainda existe a queima de lixo na área. Algo que é preocupante, visto que, essa prática acarreta na contaminação do solo prejudicando o meio ambiente. Quanto à sinalização, não existe nenhum tipo de placa informando a população local e aos visitantes quanto aos cuidados que se devem tomar em relação ao descarte do lixo. No que se refere ao sistema de Saneamento Básico,

O saneamento é visto como o conjunto de técnicas de tratamento das águas servidas e dos esgotos. Principais resíduos líquidos gerados pela relação uso-descarte do recurso natural água no interior das edificações urbanas. Água tratada, rede de esgotos e tratamento de esgotos formam o que denominamos de saneamento básico (RAPÔSO; KIPERSTOK; CÉSAR, 2010, p. 02).

Logo, a inexistência desse sistema acaba afetando intensamente a área em que este está sendo despejado, contudo, ainda há o risco de afetar outras áreas, dado que, os próprios rios podem funcionar como transporte, das impurezas contidas nas águas não tratadas despejadas pelos esgotos, sem mencionar os resíduos sólidos também presentes. Afetando assim, não apenas a qualidade das águas superficiais e subterrâneas, como também a vida aquática, os solos, a vegetação, e servindo até mesmo como condutor e transmissor de doenças.

A orla não possui sistema de tratamento de esgoto. Isto só reafirma aquilo que já se vêm observando em outras pesquisas científicas. Para Mota, Sousa e Silva (2015, p. 141) “Saneamento Básico geralmente é um item bastante esquecido por parte dos governos, pois as obras nesse segmento não têm grande visibilidade pública, devido às tubulações, que são a essência das construções, ficarem abaixo da terra”. O que acaba implicando na modificação de todo o ambiente de forma muitas irreversíveis.

De acordo com a SECULT, todo o esgoto da orla e do bairro Centro Histórico onde está localizada a orla, não possui sistema de tratamento. Este é depositado em um reservatório de esgoto chamado de “fossa” (figura 06) e depois o caminhão responsável pela coleta faz a retirada e despeja o esgoto em um local apropriado.

Figura 06. Reservatório de esgoto



Fonte: Araújo (2018)

Um funcionário da SECULT informou que a prefeitura encomendou um plano de saneamento básico para o centro histórico, e que este já foi apresentado, porém a população

local apesar de ser convidada não compareceu. Compareceram somente as autoridades competentes.

Contudo, segundo entrevistas, os donos de restaurantes e barqueiros reclamam do saneamento inexistente na área. Esse é um problema também relatado pela população local, pois com a cidade cheia de turistas em época de alta temporada, os serviços de saneamento básico e de limpeza ficam mais precários, ao ponto de transbordar as “fossas” existentes e haver mais lixo espalhado pela cidade. Em contrapartida, outros moradores afirmaram que não se incomodam com a cidade cheia de turistas, pois isso gera emprego e renda para o município, reafirmando o que a SECULT relatou, que o turismo gera diretamente mais de mil empregos.

Portanto, ainda conforme Mota, Sousa e Silva (2015, p. 141) “o saneamento básico, como figura importante desse contexto, deverá ser gerido de forma eficaz; caso contrário, a Saúde Pública sofrerá externalidades no meio ambiente, nos recursos hídricos e no desenvolvimento”.

3.1.2 Erosão e Degradação da Cobertura Vegetal

Mediante as discussões já realizadas ao longo deste trabalho no que se refere à intensificação das modificações de paisagens naturais em decorrência das ações antrópicas, o presente tópico, tendo como foco a influência da retirada da cobertura vegetal do meio e como este fator e outras ações humanas podem provocar erosão dos solos e assoreamentos dos recursos hídricos. Dessa forma, “[...] a ação do homem, interferindo nos fatores naturais por meio dos diferentes usos que ele faz do ambiente, via-de-regra promove a intensificação do processo natural, provocando a degradação das terras e o comprometimento da qualidade ambiental”. (WEILL; NETO, 2007, p. 40).

Em pesquisa de campo constatou-se que toda orla não possui cobertura vegetal ao longo do percurso estudado, como pode ser visto na figura 07. O desmatamento nessa área tem seu principal fator o uso tanto para o lazer dos turistas quanto para a população local. Além disso, a ocupação de bares, restaurantes e pousadas estão associadas à prática turística.

No que diz respeito à falta da cobertura vegetal no local, a SECULT informou que houve a plantação de algumas espécies nativas na faixa de areia da orla, porém estas foram retiradas pela a ação ilegal de alguns donos de bares e restaurantes, com a justificativa de inibir a presença de “farofeiros” na área, para que todos os que frequentem a orla venham a consumir em seus estabelecimentos.

A SECULT associa os problemas de erosão na orla fluvial principalmente a falta da cobertura vegetal, mas também atribui esse problema a construção da UHE de Xingó que após a sua construção, não deixa com que os sedimentos tenham seu fluxo natural.

Figura 07. Área sem cobertura vegetal



Fonte: Araújo (2018)

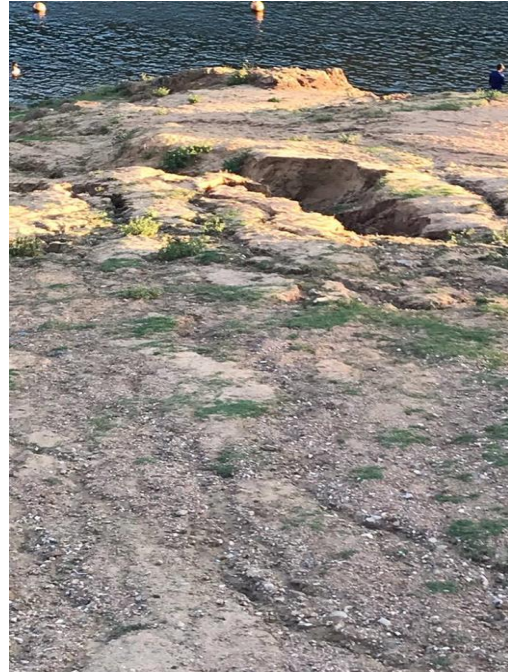
Como pode-se perceber na figura 07, a área é limpa com uma extensa faixa de areia para que os turistas e população possam transitar e fazer do seu uso as práticas de lazer. Quanto à sinalização não foi constatada nenhuma placa de alerta ou orientação aos turistas e moradores do entorno ou qualquer outra informação visível referente à preservação do meio ambiente. Mas também não foi observado nenhum tipo de queimada no percurso do trajeto.

A área por não possuir cobertura vegetal, apresenta problemas como erosão e traz consequências para o solo. Conforme Cuiabano *et al.* (2017) “A erosão do solo é um processo que consiste na separação das partículas individuais a partir da massa do solo e seu transporte por agentes erosivos, como escoamento superficial e vento (CUIABANO *et al.* p. 544)”.

Nesse seguimento, a cobertura vegetal é um fator importante para a formação e manutenção do solo, sendo assim, responsável pela proteção tanto do solo quanto dos nutrientes. No entanto, quando o solo fica descoberto o mesmo está sujeito à degradação, formando-se sucros e erosão, visto nas figuras 08, 09, 10 e 11.

Figura 08. Erosão do solo**Figura 09.** Faixa de areia a margem do rio

Fonte: Araújo (2018)

Figura 10. Erosão do solo**Figura 11.** Erosão do solo

Fonte: Araújo (2018)

Dessa forma, o solo fica mais suscetível à erosão ficando descoberto, aumentando sua erosividade, já que não existe vegetação para diminuir o impacto das fortes chuvas concentradas que ocorrem na região do semiárido, aumentando assim, o escoamento superficial do solo e conseqüentemente intensificando o movimento ou efeito splash, além de transportar quantidades consideráveis de sedimentos para o rio.

3.2. GESTÃO MUNICIPAL E A ATIVIDADE TURÍSTICA SOBRE O MEIO

A gestão do turismo é necessária para promover um desenvolvimento adequado, porém, antigamente os responsáveis pela atividade turística não considerava os problemas

ambientais acarretados, conseqüentemente, as infraestruturas eram mal - estruturas. Contudo, segundo Ruschmann (2008) os empresários possuem atualmente uma conscientização da preservação do meio ambiente, e que para o seu desenvolvimento não podem se apropriar do capital e posteriormente degrada-lo, pois dessa forma não prejudicará as gerações futuras.

O relacionamento do turismo com o meio ambiente tem se caracterizado por alguns aspectos peculiares e que deverão ser considerados nas ações estratégicas do planejamento da atividade. Para que o desenvolvimento do turismo ocorra de forma equilibrada é necessário estabelecer critérios para a utilização dos espaços. De acordo com suas características, a fragilidade dos ecossistemas naturais e a originalidade cultural das populações receptoras. (RUSCHMANN, 2008, p. 127)

Levando em consideração essa lógica percebemos que a gestão do turismo é essencial para o desenvolvimento da prática com o meio ambiente, cabe aos órgãos competentes realizar o planejamento adequado, possibilitando um equilíbrio entre gestão, turismo e meio ambiente. Dessa forma, a conservação do meio ambiente envolve a coletividade, desde o hoteleiro aos clientes, pois o hoteleiro “vende” o panorama, e os clientes usufruem e “compram” os espaços. Assim, para avaliar e conduzir os estudos, os órgãos responsáveis do turismo devem estar envolvidos para desenvolver o planejamento na gestão dos espaços turísticos. (RUSCHMANN, 2008)

Apesar da importância de haver um planejamento para o desenvolvimento do turismo, no município de Piranhas-AL, de acordo com informações prestadas por representantes da SECULT, este planejamento fica apenas no papel e não é executado. Porém, a Lei Orgânica do município de Piranhas, de 03 de junho de 1990, dispõe no capítulo XIII sobre o turismo,

Art. 172º - O Município incentivará e apoiará o desenvolvimento do turismo através de:

- I - Definição, com os municípios da região e órgãos públicos ou privados que atuam no setor, de diretrizes políticas e estratégias de ação para o turismo regional e municipal;
- II - Criação e regulamentação do uso e fruição dos bens naturais, históricos e culturais relacionados às áreas de interesse turístico, definidas no Plano Diretor;
- III - Implantação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades turísticas, observadas as estratégias de ação definidas;
- IV - Incentivo à formação de pessoal especializado para o setor turístico, com cadastramento dos guias de turismo e dos profissionais e entidades relacionadas com o setor;
- V - Promoção, sensibilização e conscientização do público para a valorização e preservação dos bens históricos, culturais e naturais;
- VI - Incentivo e apoio à produção artesanal e às tradições culturais e folclóricas da região;
- VII - Promoção e apoio à realização de feiras, exposições e outros eventos, com prioridade para os projetos que utilizem e preservem os valores artísticos populares, bem como à realização de campanhas promocionais que concorram para a divulgação das potencialidades turísticas do Município (PIRANHAS, 1990, p. 88).

Na lei orgânica o município presa pelo desenvolvimento do turismo por meio de práticas que assegurem a qualidade ambiental, com o apoio de órgãos públicos e privados que atuam na mesma área, nessa perspectiva, apesar de dispor em seu regimento para manter uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento do turismo, isto não acontece na prática como afirma a SECULT.

Como na prática não é desenvolvido um planejamento estratégico para boas práticas do turismo, isto também acarreta em efeitos na sociedade e na economia local, pois o turismo não gera apenas vantagens na economia, o mesmo pode acarretar em problemas ambientais, culturais e sociais, dessa forma, requer um planejamento e avaliação cuidadosa para o seu desenvolvimento, assim “[...] a formulação dos objetivos do turismo será de responsabilidade dos governos, ou seja, do governo local e das entidades representativas. Hoje é bastante comum que parte do estabelecimento dos objetivos do turismo envolva discussões entre o governo e parceiros do setor privado” (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 222)

Ao tratar sobre meio ambiente, a Lei Orgânica do município, de 03 de junho de 1990, no capítulo IX que trata do meio ambiente, dispõe no Art. 173º, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (PIRANHAS, 1990, p. 89)

Dessa forma, a prática do turismo sobre o meio ambiente cabe uma reponsabilidade entre sociedade e gestão para garantir um ambiente equilibrado para as atuais e futuras gerações, assim a educação ambiental é essencial para garantir essa prática.

Entretanto, não só o turista terá de ser educado para proteger a natureza dos locais que visita; as ações de conscientização ambiental devem, indispensavelmente, voltar-se para o poder público que, como “dono” dos recursos naturais, é responsável pelas leis de zoneamento para o uso e ocupação do solo, e muitas vezes atua permissivamente, e para o poder econômico quase sempre interessado no lucro a curto prazo e qualquer preço. A postura de empresários do setor com relação à proteção do meio ambiente constitui o primeiro estágio para a conscientização ambiental de seus clientes. (RUSCHMANN, 2008, p. 76)

Cabe aos empresários e gestão do município, pensar e desenvolver políticas públicas ambientais de conscientização ambiental, visando garantir a preservação do meio ambiente, pois o mesmo é um fator para o desenvolvimento da prática turística, além disso, é uma forma de desenvolver a economia da região.

A lei orgânica do município, de 03 de junho de 1990, que trata no capítulo IX sobre o meio ambiente, artigo 173º, parágrafo 1º prevê sobre a reponsabilidade do município, que este deve,

V - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VI - Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Diante das informações destacadas anteriormente, é visto que a preservação do meio ambiente e a prática do turismo devem está relacionadas, para isto é necessário um planejamento entre gestão e órgãos competentes, além disso, a gestão é responsável em colocar em prática o que dispõe na lei.

CONCLUSÃO

Por meio do estudo realizado foram analisados mediante os indicadores, os principais problemas ambientais ocasionados pela prática do turismo e recreação na orla fluvial de Piranhas-AL.

Com a pesquisa, verificou-se na área a inexistência de medidas do setor público para o controle sobre os danos ocasionados, principalmente no que se refere à erosão e destruição da vegetação, pois com a ausência da cobertura vegetal, a área apresenta deterioração do meio natural. Esses danos são decorrentes da busca para receber cada vez mais turistas, visando o lucro.

A retirada da vegetação ocasiona no agravamento da erosão na área, pois quando não se tem a presença da vegetação para proteger o solo e diminuir os impactos da chuva, o solo fica exposto e degradado. A água ao cair sobre o solo carrega sedimentos para o leito do rio. Por não apresentar vegetação na área, o local traz consequências para o solo, pois a cobertura vegetal é um fator importante para a formação e manutenção do solo. Sendo assim responsável pela proteção tanto do solo quanto dos nutrientes, em consequência disso, quando o solo fica descoberto o mesmo está sujeito à degradação, fato que ocorre na orla fluvial.

A metodologia aplicada através do método *check-list*, possibilitou analisar uma parcela de quais indicadores são responsáveis pelos problemas ambientais na área estudada, dentre eles podemos citar a grande produção diária do lixo, ausência da vegetação, presença de erosão e falta de saneamento básico adequado. Dessa forma, esta análise possibilita uma melhor compreensão sobre o tema, como também auxiliar os setores públicos e privados que estão relacionados direta e indiretamente com o desenvolvimento do turismo na cidade de Piranhas-AL.

Os dados mostraram que é necessária a ação por meio dos órgãos competentes para manutenção da cobertura vegetal, visando minimizar os problemas ambientais como os efeitos da erosão e conseqüentemente o escoamento dos sedimentos para o rio, além disso, políticas educacionais e públicas que permitam a conscientização do uso das lixeiras para o armazenamento do lixo, bem como o investimento, manutenção e fiscalização do processo de implantação das lixeiras na orla.

Cabe destacar outro ponto a ser observado pela gestão, este diz respeito à falta de distribuição de lixeiras ao longo na faixa de areia, pois torna-se um ponto negativo ao meio, visto que o turista fica sem opções para depositar o lixo produzido.

Em relação ao saneamento básico, a orla e a cidade não possui sistema de tratamento de esgoto, e com relatos de funcionários e donos de bares e restaurantes, em épocas de chuva, os reservatórios de esgoto transbordam e algumas pousadas despejam o esgoto irregularmente, tornando-se dessa forma uma prática nociva ao meio ambiente.

Pode-se perceber que a área necessita de planejamento e intervenção dos órgãos responsáveis para a manutenção do meio ambiente, principalmente no que se refere à cobertura vegetal, possibilitando assim um desenvolvimento turístico que torne-se uma relação sustentável entre turismo e meio ambiente.

Portanto, reafirma-se a necessidade de um planejamento da gestão municipal quanto à manutenção da prática do turismo na orla, sob a ótica conservacionista, garantindo a natureza e sociedade piranhense uma convivência harmoniosa e saudável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. S. S. **Turismo Sustentável: Lixo, Arte e Inclusão Social**. Monografia (Especialização) – Turismo: Cultura e Lazer, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 30 de junho de 2005.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

BORTOLON, B; MENDES, M. S. S. **A Importância da Educação Ambiental para o Alcance da Sustentabilidade**. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 118-136, 1º Trimestre de 2014.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <[_____. Constituição \(1988\). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <\[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf\]\(https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf\)> Acesso em: 27 de nov. 2018.](http://www2.mma.gov.br/port/conama/legipesq.cfm?tipo=1&numero=6938&ano=1981&texto=>Acesso em 01 nov. 2018.</p>
</div>
<div data-bbox=)

_____. IBGE. **Censo demográfico**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/piranhas/panorama>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

_____. IBGE. **História de Piranhas**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/piranhas/historico>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

_____. Lei nº 9.985, de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em 08 de nov. 2018.

_____. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em: 27 nov. 2018.

_____, MMA/ MEC/ IDEC **Consumo Sustentável**: manual de educação. Brasília: Consumers International, 2005. 160 p.

_____. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil**: turismo e Sustentabilidade. Brasília: 2007.

CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. In **Revista Formação**, v.1, n.16, p.48-59, 2009. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/861>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, O. A. D; VERGNE, C. Estudo paleodemográfico e tafonômico na população pré-histórica da Necrópole de São José II. **Canindé**, Xingó, n.01, p. 102-117, 2001. Disponível em: < http://max.ufs.br/uploads/page_attach/path/1571/Canind__01.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

CARVALHO, C. P. **Formação Histórica de Alagoas**. 4. ed. Maceió. EDUFAL, 2016.

CAVALCANTE, M. B. **O papel da educação ambiental na era do desenvolvimento (in)sustentável**. Programa de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia/UFRN. Rio Grande do Norte, 2011.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

_____. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A. I. G; ARROYO, M; SILVEIRA, M. L. (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: Clacso, 2006. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

_____. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

CUIABANO, M. N. et al. **Vulnerabilidade ambiental à erosão hídrica na sub-bacia do córrego do Guanabara/reserva do Cabaçal – MT, Brasil**. São Paulo, UNESP, Geociências, v. 36, n. 3, p. 543 - 556, 2017.

DE OLIVEIRA, A. A; BURSZTYNB, M. Avaliação de impacto ambiental de políticas públicas. **Interações (Campo Grande)**, [S.l.], fev. 2016. ISSN 1984-042X. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/586/623>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

DIAS, R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DONAIRE, D. Considerações sobre a variável ecológica, as organizações e o turismo. In: LAGE, B. H. G; MILONE, P. C. (Org). **Turismo: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

EFFTING, T. R. **Educação ambiental nas escolas públicas: realidade e desafios**. 2007. 90 f. Monografia (Especialização) - Curso de Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2007.

FURTADO, R. C. et al. **PIRANHAS**: proposta de tombamento e plano de gestão. Recife:

CHESF, 2003.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

GOMES, S. F. D. R; MINAYO, M. C. S. M (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. – Petrópolis: Vozes, 2009. ISBN 978-85-326-1145-1.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. In **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr/2012. Disponível em <<http://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/589/276>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

HÜFFNER, J. G. P. **Estudo sobre os impactos do turismo em áreas naturais em processo de urbanização: O Caso da Ilha de Cotijuba, Belém – PA**. 2011. Dissertação (Mestrado em Urbanização e Meio Ambiente) – Universidade da Amazônia, Belém, 2011.

JACOBI, P. R. **Educar na sociedade de risco: o desafio de construir alternativas**. Pesquisa em Educação Ambiental (UFSCar), v. 2, p. 49-65, 2007.

KOROSSY, N. Do Turismo Predatório ao Turismo Sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2008, p. 56-68. Disponível em <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/238/178>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

LICKORISH, L. J; JEANKINS, C. L. **Introdução ao Turismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MAIA, D. M; DE FREITAS, B; PORTUGUEZ, A. P. Um estudo diagnóstico sobre os impactos ambientais do turismo sobre a orla fluvial de cachoeira dourada de minas (MG). **Caminhos de Geografia**, [S.l.], v. 13, n. 41, abr. 2012. ISSN 1678-6343. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16784/9258>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

MARTIN. G. **Pré História do Nordeste do Brasil**. 5. ed. Recife. Editora Universidade da UFPE, 2008.

MARUJO, M. N; CARVALHO, P. Turismo, planejamento e desenvolvimento sustentável. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 147-161, outubro de 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/4146>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTA, J. J. P; SOUSA, C. D. E. S; SILVA, A. C. **Saneamento básico e seu reflexo nas condições socioambientais da Zona rural do Baixo Munim (Maranhão)**. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 16, n. 54 Jun/2015 p. 140–160.

NASCIMENTO, M. D. **Turismo e Recreação nas Praias do Baixo Rio Negro – Uma Avaliação Retrospectiva de Impactos Ambientais**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2005.

OLIVEIRA, F. V. Capacidade de carga em cidades históricas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v.4, n.1, p. 61-75, abr. 2010. Disponível em: <<https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/319/310>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

OLIVEIRA, L. Percepção e representação do espaço geográfico. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Org). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Carlos, SP: Studio Nobel, Editora da UFScar, 1999, p. 187-212.

PINHEIRO, G. S. M. (2011). **Planejamento e gestão da atividade turística sob a perspectiva do desenvolvimento de roteiros turísticos: análise da atuação do Roteiro Seridó –RN**. Currais Novos: UFRN.

PIRANHAS. Lei Orgânica do Município de Piranhas, de 03 de junho de 1990. Disponível em: <<http://www.piranhas.al.leg.br/wp-content/uploads/2018/04/Lei-Org%C3%A2nica-de-Piranhas-AL.pdf>> Acesso em: 27 de nov. 2018.

RAPÔSO, A; KIPERSTOK, A; CÉSAR, S. F. **Saneamento ambiental e lixo urbano: uma reflexão a partir do pensamento de ciclo de vida**. Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental - I COBESA. Salvador, Bahia – 11 a 16 de julho de 2010.

RODRIGUES, R. **Piranhas – Retrato de Uma Cidade**. Maceió: Edições Catavento, 1999. 132p.

RUSCHMANN, D. **Turismo no Brasil: análises e tendências**, Manole, São Paulo. (1997).

_____. **Gestão da capacidade de carga turístico-recreativa como fator de sustentabilidade ambiental – o caso da ilha João da Cunha**. In: LAGE, B. H. G; MILONE, P. C. (Org). **Turismo: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 14. ed. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS, S. R; SANTOS, P. C. Contribuições da Educação Ambiental para o Turismo Sustentável na APA do Maracanã, São Luís (Maranhão, Brasil). **Turismo & Sociedade. Curitiba**, v. 4, n. 2, 265-285, outubro de 2011.

SÀNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. 2. ed – São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SILVA, D. G. **A importância da educação ambiental para a sustentabilidade**. 2012. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Danise-Guimaraes-da-Silva.pdf>>. Acesso em: 09 jan de 2019.

TERELLI, T. Mtur reconhece crescimento econômico de cinco municípios alagoanos por meio do turismo. **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo**, 2018. Disponível em: <<http://www.sedetur.al.gov.br/noticia/item/2094-mtur-reconhece-crescimento-economico-de-cinco-municipios-alagoanos-por-meio-do-turismo>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

VASCONCELOS, D. A. L; BEZERRA, E. J. G. Reflexões Sobre Modernidade, Turismo e Campo Social no Estado de Alagoas – Brasil. In: **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 2, n. 2, p. 146-158, 2012.

WEILL, M. de A. M; NETO, A. G. P. Erosão e Assoreamento. In: SANTOS, R. F. dos. (Org.). **Vulnerabilidade Ambiental**. Brasília: MMA, 2007. p. 39-58.

ZACARIAS, D. A. Avaliação da capacidade de carga turística para gestão de praias em Moçambique: o caso da Praia do Tofo. **RGCI**, Lisboa, v. 13, n. 2, p. 205-214, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-88722013000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 18 nov. 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Entrevistas com funcionário da SECULT, donos de bares e restaurantes e moradores locais.

ENTREVISTA 01 – COM FUNCIONÁRIO DA SECULT

DADOS PESSOAS

NOME:

IDADE: DATA:

1. Como está a situação da orla atualmente?
2. Em relação ao lixo, como ocorre o processo de coleta?
3. Como ocorre o sistema de saneamento de esgoto na orla e centro histórico?
4. Em relação à cobertura vegetal, a gestão já plantou espécies para diminuir a erosão existente?
5. Quais os meses do ano que Piranhas recebe mais turistas?
6. Existe algum plano para diminuir os problemas existentes na orla?
7. Quantos empregos são gerados diretamente pelo turismo?

ENTREVISTA 02 – COM DONOS DE BARES E RESTAURANTES

DADOS PESSOAS

NOME:

IDADE: DATA:

1. Em seu ponto de vista, com está a situação da orla atualmente para receber os turistas?
2. Em relação ao saneamento básico e lixo, como ocorre o seu tratamento?
3. O turismo tem proporcionado boa renda para pessoas que trabalham diretamente com o turismo?

ENTREVISTA 03 – COM MORADORES LOCAIS

1. O turismo proporciona de alguma forma benefícios, seja direta ou indiretamente para a população?
2. O turismo em alta temporada ocasiona em problemas como lixo e saneamento básico para cidade?

ANEXOS

ANEXO A – Síntese Histórica da Evolução Urbana de Piranhas-AL

Final do século XVI/início do século XVII – Os currais se expandem nas margens do São Francisco, ciclo do gado.
1684 – Começo de Entremontes como sede da fazenda Barra do Rio dos Cabaços.
Segunda metade do século XVIII – Início do povoamento nas localidades de Piranhas (hoje Piranhas de Baixo) e Entremontes
1859 – Visita de Dom Pedro II
1861 – Impulso da cultura algodoeira
1867 – Navegação a vapor de Penedo a Piranhas
1877 – Período da Grande Seca
1878 – Início das obras de construção da estrada de ferro em Paulo Afonso
1883 – Inauguração do trecho final da estrada na Estação de Jatobá PE
1885 – Criação da Freguesia de Piranhas Lei provincial n°. 464
1887 – Piranhas é elevada à categoria de vila Lei n°. 996
1891 – É instituída o Foro Civil de Piranhas
1903 – “ciclo do Couro”
1910 – Piranhas é termo da Comarca de Água Branca Lei n° 603
1913 – Inauguração da primeira usina hidrelétrica de Paulo Afonso, construída por Delmiro Gouveia
1920 – Piranhas volta a pertencer a Água Branca Lei n° 1149
1923 – O termo Piranhas é anexado a Paulo Afonso Mata Grande Lei n° 1001
1929 – Piranhas é desincorporada, passando à Comarca de Pão de Açúcar. Declínio do algodão
1930 – Piranhas é elevada à categoria de cidade
1939 – Piranhas passa a ser denominada Marechal Floriano
1950 – Surgimento do que viria a ser o atual povoado de Piau
1952 – Piranhas passa à categoria de Comarca de primeira Instância
1964 – Desativação da ferrovia Great Western Brazil Railway
1974 – conclusão da AL 225
1986/7 – Início do acompanhamento e das obras da Usina Hidroelétrica de Xingó
1994 – Início da operação do gerador 01G6 da Usina Hidroelétrica de Xingó
1996/97 – Passagem da Gestão dos Bairros de Xingó e Nossa Senhora da Saúde à Prefeitura de Piranhas

Fonte: Furtado *et al* (2003)

ANEXO B – Modelo de formulário Check-list

ITEM/PERGUNTA		TRECHO		
		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
I. LIXO				
I.a	Ao percorrer a área encontrou lixo?			
I.b	A área tem lixeiras?			
I.c	O lixo é coletado com frequência regular?			
I.d	O lixo coletado tem sempre o mesmo destino?			
I.e	O lixo é selecionado e destinado à reciclagem?			
I.f	Há placas orientando quanto destino correto a ser dado ao lixo?			
I.g	Existem áreas de despejo de resíduos (lixões)?			
I.h	Quando não coletado o lixo é enterrado ou queimado?			
II. DANOS A VEGETAÇÃO				
II.a	A área apresenta desmatamento?			
II.b	As margens dos rios estão cobertas de vegetação?			
II.c	Os visitantes costumam levar mudas ou flores retiradas da área?			
II.d	Foram observados galhos quebrados ou plantas pisoteadas?			
II.e	Há placas orientando quanto aos cuidados com a vegetação?			
II.f	Existem queimadas de áreas verdes visíveis?			
II.g	Existe um controle sobre as áreas desmatadas?			
III. EROSÃO				
III.a	São observados sulcos ou outras formas de erosão na área?			
III.b	Neste trecho é comum encontrar raízes expostas na superfície?			
III.c	A vegetação das margens dos cursos d'água foi preservada?			
III.d	Camadas de liteira (folhiço, serrapilheira) são mantidas no solo?			
III.e	Na chuva as águas que escorrem carregam muitos sedimentos?			
IV. SANEAMENTO				
IV.a	Existem esgotos a céu aberto na área?			
IV.b	Existe lançamento de esgotos na faixa de praia /igarapés?			
IV.c	Existem esgotos ou fossas próximos a poços artesianos?			
IV.d	Existe sistema de tratamento de esgoto?			

Fonte: Hüffner (2011)